



Número: **0804703-77.2019.8.20.5001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS (EXEQUENTE)		ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA (ADVOGADO)	
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (EXECUTADO)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
38893047	08/02/2019 10:00	Petição Inicial	Petição Inicial
38893115	08/02/2019 10:00	1atendimento	Documento de Comprovação
38893126	08/02/2019 10:00	1atendimento2	Documento de Comprovação
38893138	08/02/2019 10:00	adm	Documento de Comprovação
38893164	08/02/2019 10:00	bo	Documento de Comprovação
38893176	08/02/2019 10:00	id	Documento de Identificação
38893195	08/02/2019 10:00	procuração	Procuração
38893730	08/02/2019 10:10	Decisão	Decisão
42046079	16/04/2019 14:09	Citação	Citação
42563453	30/04/2019 13:10	Diligência	Diligência
42563459	30/04/2019 13:10	Image 07313	Outros documentos
46882422	17/07/2019 13:45	Certidão	Certidão
46918434	18/07/2019 06:32	Despacho	Despacho
47194682	22/07/2019 15:10	Intimação	Intimação
47675134	08/08/2019 14:29	Intimação de audiência	Intimação de audiência
48423556	02/09/2019 17:59	Diligência	Diligência
48423558	02/09/2019 17:59	Marcelo Azevedo dos Santos ID 47675134	Diligência
48707834	10/09/2019 15:40	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
48707837	10/09/2019 15:40	Laudo 0804703-77.2019	Laudo Pericial
49233542	25/09/2019 14:54	Intimação	Intimação
50014807	21/10/2019 11:04	Certidão	Certidão

50831 132	13/11/2019 09:52	Sentença	Sentença
50838 203	13/11/2019 10:57	Intimação	Intimação
53265 134	12/02/2020 13:40	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
55307 918	26/04/2020 16:09	Execução / Cumprimento de Sentença	Execução / Cumprimento de Sentença
55307 919	26/04/2020 16:09	planilha marcelo azevedoo	Documento de Comprovação
55329 513	27/04/2020 14:11	Despacho	Despacho
55512 862	04/05/2020 19:54	Intimação	Intimação
57733 045	17/07/2020 07:24	Despacho	Despacho
57734 902	17/07/2020 08:48	Petição	Petição
58376 125	05/08/2020 17:17	Intimação	Intimação
60691 882	29/09/2020 09:47	PORTO SEGURO SA	Documento de Comprovação
60346 007	18/09/2020 19:49	Diligência	Diligência
60346 008	18/09/2020 19:49	1EDNILDO ELIAS DE OLIVEIRA - _Desfazendo_Lotao_Provisria_1	Outros documentos
60439 740	22/09/2020 11:21	Diligência	Diligência
60439 743	22/09/2020 11:21	RECEBIMENTO MANDADO PORTO SEGURO - 0804703-77.2019	Devolução de Mandado
61418 987	09/10/2020 11:19	Petição	Petição
61418 992	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_01	Outros documentos
61419 000	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_02	Outros documentos
61419 004	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_03	Outros documentos
61419 006	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_04	Outros documentos
61419 008	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_05	Outros documentos
61419 011	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_06	Outros documentos
61422 315	09/10/2020 11:55	Petição	Petição
61422 318	09/10/2020 11:55	2755768_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros documentos
61422 328	09/10/2020 11:55	2755768_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros documentos
61423 138	09/10/2020 11:55	2755768_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_03	Outros documentos
61431 481	09/10/2020 14:54	Petição	Petição
61431 487	09/10/2020 14:54	2755768_PETICAO_INTERLOCUTORIA_01	Outros documentos
61431 489	09/10/2020 14:54	ATOS_CONSTITUTIVOS_LIDER -JB	Outros documentos
61431 498	09/10/2020 14:54	Substabelecimento ANTONIO - Fernanda novo	Substabelecimento
61469 823	13/10/2020 09:51	habilitacao	Petição
61762 317	23/10/2020 21:03	Despacho	Despacho
62084 924	26/10/2020 17:19	Intimação	Intimação
63331 653	01/12/2020 05:26	Decisão	Decisão

63352 142	01/12/2020 12:17	Intimação	Intimação
--------------	------------------	---------------------------	-----------



AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 877.893.534-20, portador do RG: 001268849 ITEP/RN, residente e domiciliado na R. Rua Rio Tigre, 37-A, Emaus, Parnamirim /RN, CEP: 59149-255, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada, legalmente constituída, conforme procuração em anexo, com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, nº454 C, Santos Reis, Parnamirim/RN e e-mail profissional oliveiramaiaadvogados@outlook.com, local onde deverá receber todas as intimações de praxe, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em desfavor da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-69, com endereço para receber citação e intimação na Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59056-200, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA



1. Inicialmente requer os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato de que se tivesse que arcar com as custas e emolumentos judiciais encontrar-se-ia em estado de miserabilidade. Tudo com inteligência na Lei 1.050/60 e suas concomitantes legais.

II - DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA_____

1. O Autor foi vítima de acidente automobilístico na BR 101, km 102,8, Município de Parnamirim/RN. O fato ocorreu no dia 12/10/2018, conforme denota sobreja documentação em anexo. Em decorrência desse trágico acidente o Requerente teve **FRATURA DE FÊMUR DIREITO**

2. Importante ressaltar que o Autor pleiteou o seguro DPVAT administrativamente, tendo recebido sua indenização abaixo do que é devido.

3. Como pode ser facilmente observado a seguradora pagadora do DPVAT NÃO aplicou nem mesmo o percentual correspondente a lesão segundo a Tabela instituída pela Lei nº 11.945/09, o que produziu a irrisignação do beneficiário, pois além da lei supracitada violar as normas inseridas na Constituição Federal, esta não realizou o pagamento do referido premio nos parâmetros da lei ora em comento, o que merece a apreciação do Judiciário para escoimar tal ilicitude.

4. Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, vem requerer de direito a complementação do seguro DPVAT.

III - DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM: _____

1. O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.



2. No caso em comento, é de direito do Autor perceber uma complementação a indenização por danos pessoais, ante a seu estado de incapacidade parcial, em caráter permanente, em decorrência aos danos causados pelo acidente, visto que teve *lesão na clavícula esquerda*.

3. Como já supracitado, a Requerida não pagou o valor devido ao ora requerente, restando a este socorrer-se do Poder Judiciário para vê o seu direito reconhecido.

IV - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM: -----

1. O art.7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no polo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

2. Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

Art. 5º (...)§6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas.

§7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seu respectivos líderes.

3. Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

4. Quanto a legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue no Consórcio do Seguro DPVAT, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



V - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

1. Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“ Art. 5.º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

2. Destarte, o§1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) *Certidão de Óbito*
- b) *Registro de Ocorrência no Órgão Policial competente*
- c) *Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.*

3. Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

“Art. 7.º-A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

4. Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.



5. Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

6. Sendo assim, é incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

VI - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DESDE 29.12.2006, DATA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007:

1. A Medida Provisória nº340 de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, apenas transformou os 40 (quarenta) salários mínimos em reais, chegando ao valor de R\$ 13.500,00, sem prever a forma de atualização monetária. Para evitar que a indenização amargue, ano após ano, os efeitos da corrosão da moeda, até que se torne irrisória, existe a necessidade que o referido valor seja corrigido desde o dia 29/12/06.

2. Tal incidência decorre do fato da indenização não mais ser calculada com base no salário mínimo, o qual por si só se mantinha atualizado, e sim, ter como o seu teto máximo, conforme ditames da Medida Provisória 340/2006, a quantia certa de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que sofre depreciação inflacionária desde a sua previsão.

3. A atualização monetária serve para recompor o valor da moeda em razão da depreciação inflacionária ocorrente no país. Neste sentido, espera-se que o Judiciário, tendo sempre como norte o caráter eminente social do seguro obrigatório (DPVAT), pacifique o entendimento que esses valores (R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00) devem ser atualizados desde a referida MP, mormente levando-se



em conta que a atualização monetária não representa nenhum plus, acréscimo, ônus ou penalidade, mas tão somente uma medida para evitar um enriquecimento ilícito à custa das já penalizadas vítimas do trânsito.

4. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná comunga, neste sentido, recentes julgados que pacificaram o entendimento:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO ESTRANGEIRO - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO CALCULADO CONFORME A EXTENSÃO DA INVALIDEZ DA VÍTIMA - EXEGESE DO ARTIGO ARTIGO 3º, §1º, II, DA LEI 6194/74. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE DESDE A VIGÊNCIA DA MP 340/2006 - TETO MÁXIMO INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 13.500,00 - VALOR QUE SOFRE DEPRECIACÃO DESDE A SUA PREVISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. 1 - Frisa-se que mesmo se tratando de automóvel estrangeiro, a indenização referente a seguro DPVAT é devida. 2 - Tem-se como acertado o valor indenizatório fixado pelo juízo a quo (R\$4.725,00), eis que de acordo com os ditames do artigo 3º, §1º, II, da Lei 6194/74. 3- No que tange à correção monetária, coaduna-se ao entendimento que para os casos posteriores à Medida Provisória 340/2006, o seu marco inicial deve ocorrer da vigência de tal norma. Processo: 915183-5 (Acórdão)Relator(a): José Laurindo de Souza Netto Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível Comarca: Foz do Iguaçu Fonte/Data da Publicação: DJ: 943 06/09/2012”

“APELAÇÃO CÍVEL COBRANÇA DO SEGURO DPVAT AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A INSTRUÇÃO DO PROCESSO APRESENTADOS – INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA VALOR DA INDENIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE REPERCUSSÃO EXEGE DO INCISO II, DO §º1º, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - *CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO*. – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LIMITE PREVISTO PELA LEI Nº 1.060/50 INAPLICABILIDADE. RECUSOS DESPROVIDOS. 1- A inexistência de pedido administrativo não pode levar ao reconhecimento da falta de interesse processual, nem, tampouco, no indeferimento da inicial. 2 Os documentos acostados aos autos demonstram a existência de acidente



automobilístico com vítima, sendo, pois, suficientes para embasar a indenização pretendida. 3 – A combinação do artigo 3º, II, com o artigo 5º, §5º, da Lei 6.194/74, que taxativamente limita a indenização do Seguro Obrigatório em "até" R\$13.500,00, permite concluir que o valor da cobertura nos casos de invalidez permanente, varia conforme o grau de incapacidade da vítima. 4 - Estabelecido que o valor da indenização deve ser calculado com base no valor estabelecido pela MP 340/2006, é a partir sua entrada vigor que deve incidir a correção monetária, vez que nada acrescenta ao capital, apenas recompõe o poder da moeda. 5 - Sendo vencedora a parte que estava ao abrigo da assistência judiciária gratuita, a fixação de honorários advocatícios prevista no artigo 11, § 1º, da Lei nº1.060/50, pode ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento), desde que observadas as regras previstas no CPC, norma geral que prevalece sobre a regra específica contida no mencionado dispositivo. (TJPR - 10ª C.Cível - AC 914227-8 - Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - J.19.07.2012)”

VII- DA INCONSTITUCIONIDADE DOS INCISOS I E II DO ART.31 E ART.32 DA LEI nº11.945/2009.

VII. 1- DO VÍCIO FORMAL

1. Inicialmente é importante ressaltar que a Lei nº11.945/2009 (antiga Medida Provisória nº 451/08, que tinha como objetivo primário alterar a legislação tributária federal) modificou a forma de se fazer o cálculo da indenização em caso de invalidez por acidente de trânsito, principalmente estabelecendo porcentagem fixas para cada tipo de lesão, conforme a tabela anexada à Lei nº6.194/74. Vejamos Edição nº 10 – Ano I – Junho 2009, FIESP e CIESPE:

“A Lei Federal nº 11.945/09 altera a legislação tributária, principalmente em relação à criação de um Registro Especial na Receita Federal do Brasil - RFB para quem exerce atividades de comercialização e importação de papel destinado à impressão de livros, jornais periódicos (imunes). A Lei abre a possibilidade de que nas operações de crédito realizadas com instituições financeiras públicas, pelo prazo de seis meses, ficam afastadas as exigências de regularidade fiscal.”



2. Também modificou a redação do art. 3º da Lei nº 6.194/74, acrescentando três parágrafos. Conforme incisos I e II do art.31 e art.32 da lei nº11.945/2009:

“Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. § 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos. § 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei." (NR). Art. 32. A Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescida da tabela anexa a esta Lei.”



3. Deixando assim claro e evidente que **NÃO** se verifica ocorrência de qualquer afinidade, pertinência ou conexão da matéria constante no art. 31, que regulamenta o pagamento da indenização do seguro obrigatório, com o restante da Lei nº 11.945/09, que, além da nítida distinção temática, tem finalidades totalmente distintas.

4. Ocorre que a mencionada lei não observou o art. 7º, II, da Lei Complementar nº 95/98 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art.59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos:

“Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar. **Parágrafo único.** As disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no [art. 59 da Constituição Federal](#), bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.(...)CAPÍTULO II. DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS. Seção I. Da Estruturação das Lei. Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto; II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;”

5. Corroborando ainda como já supracitado, o art. 59 assevera:

“Art. 59 o processo legislativo compreende a elaboração de: (...) II- leis complementares;(...)V- medidas provisórias; (...)Parágrafo Único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.”

6. Como pode ser facilmente observado, a referida Lei violou descaradamente a Constituição Federal, no que diz o art.59, Parágrafo único, no qual Lei complementar dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, confirmando o vício formal da referida lei, pois *A Lei Federal nº 11.945/09 altera a legislação tributária, principalmente em relação à criação de um Registro Especial na Receita Federal do Brasil, matéria totalmente estranha a forma de se fazer o cálculo da indenização em caso de invalidez por acidente de trânsito.*



VII.2 – DO VÍCIO MATERIAL (DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA)

1. Quanto vale um Dedo Polegar amputado para uma costureira ou um violinista que precisam do seus trabalhos para sobreviverem? Em quanto para um jogador de futebol, que nada interfere em sua profissão perder um dedo polegar, quanto vale?

2. De maneira desigual, a nova redação da Lei nº 6.194/74 dada pela Lei nº 11.945/09, equivale a 10% de R\$13.500,00 reais, ou seja, R\$1.350,00 reais.

3. Ao mensurar pecuniariamente a incapacidade permanente de um ser humano, que é deverasmente difícil, como também a própria vida, torna-se um flagrante inconstitucional, visto que a integridade psicofísica é requisito basilar do princípio da dignidade da pessoa humana.

4. Assim, amparado pelo espírito constitucional de construir uma República erradicando suas desigualdades sociais, faz-se necessário que a indenização do Seguro Obrigatório garanta patamares mínimos de dignidade, respeitando a pessoa humana, e assim, dando condições de que supere as dificuldades da deficiência / invalidez física, e assim será observado o caráter social delineado pelo legislador que idealizou a Lei nº 6.194/74.

5. A tabela a que se refere o dispositivo, agora como anexo à Lei nº 6.194/74, está assim desenhada:

ANEXO	
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)	
(acrescidos pela Lei nº 11.945 de 05 de junho de 2009)	



Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100%
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica.	
ANEXO	
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)	
(acrescidos pela Lei nº 11.945 de 05 de junho de 2009)	
Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100



Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



6. Sendo assim, como restou comprovado a tabela, acima supracitada, acrescida pela lei nº 11.945, não observou a carta magna, sendo constatado o vício material e formal. Devendo assim, ser declarada a sua inconstitucionalidade dos incisos I e II do art.31 e art. 32, ambos da lei 11.945/2009, bem como a tabela em seu anexo que alterou o art.3º da Lei nº 6.194/74, por afronta direta ao inciso III, art. 59 da Constituição Federal.

VIII - DOS PEDIDOS_____

1. Por tudo resta acima exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e SS do CPC;

b) A declaração de inconstitucionalidade dos incisos I e II do art.31 e art. 32, ambos da lei 11.945/2009, bem como a tabela em seu anexo que alterou o art.3º da Lei nº 6.194/74, por afronta direta ao inciso III, art. 59 da Constituição Federal,

c) Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma compareça à Audiência de Conciliação, produzindo a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.

d) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Autor, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “**a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**”.

e) Julgar a demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Ré a pagar ao Autor o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, abatendo o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta dois reais e cinquenta centavos) já recebido, corrigindo desde a data da Medida Provisória nº 340/2006, posteriormente convertida na lei



nº11.482/2007, acrescido de juros de mora, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

f) Que seja condenada a parte Ré aos honorários sucumbenciais, arbitrados em 20% sob o valor da condenação.

g) Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11137,50 (onze mil cento e trinta sete reais e cinquenta centavos)

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Natal, 17 de outubro de 2018

ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA

OAB/RN nº 11.925

LARISSA DE OLIVEIRA MAIA

OAB/RN 13.421

NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA MAIA

OAB/RN nº13.561





UF: 844-83532420 - S/contas SUS - 9844-7426



461

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL DEOCLÉCIO M. LUCENA
PARNAMIRIM / RN

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

Nº

20

NOME:

Marcos Aguiar dos Santos

IDADE:

09/10/1972

COR:

Parda

SEXO:

M

ESTADO CIVIL:

Solteiro

NATURALIDADE:

Natal

PROFISSÃO:

Multitarefa

PROCEDÊNCIA:

SAMU

ENDEREÇO:

Rua São João, 09

BAIRRO:

Imperatriz

CIDADE:

Parnamirim

DATA:

12/10/18

HORA:

10:25

CONDIÇÕES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

APARENTEMENTE BEM ☐

REGULAR ☐

COM DISPNEIA ☐

CHOCADO ☐

COMATOSO ☐

C/ HEMORRAGIA ☐

EM CONVULSÃO ☐

POLITRAUMATIZADO ☐

AGITADO ☐

OUTROS ☐

ALEGA ACIDENTE DE TRABALHO

SIM ☐

NÃO ☐

PUPILAS

A) NÍVEL DE CONSCIÊNCIA (GLASGOW)

B) FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA

C) PRESSÃO ARTERIAL

ESCORE FINAL (SCORE, DE TRAUMA MODIFICADO) A+B+C

TEMP.

RESPIRAÇÃO

PULSO

T.A.

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA) Paciente veio pelo SAMU, vítima de colisão moto x carro, com capacete, sendo arremessado numa distância de 3m. Nega queixas neurológicas. Apresenta dor moderada em coxa D. Nega alergias.

EXAME FÍSICO

A: VA pérvio, sem crepitações

B: MU D, simétrico, sem RA

C: FC=85; EC=3 seg

D: ECG=95, pupilas isocóricas

E: Deformidade em coxa D, alinhada.

SCORE DO TRAUMA MODIFICADO T-RTS

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	RESPIRAÇÃO	GLASGOW	SCORE FINAL	TEMP.	PULSO
			0909214			
			de trauma			
			S. Barba			



Serviço de Anestesiologista e Gasoterapia	
Enfermaria	Leito

[illegible]



HOSPITAL REGIONAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUCENA
SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM CENTRO CIRÚRGICO

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM - CENTRO CIRÚRGICO

Nome: Marcos Azevedo dos Santos Idade: 46 D/N: 07/01/1972
Pront.: 62742 Município: Caruaru Procedência: () Interno (X) Externo
Data da cirurgia: 12/10/18 Hora Admissão: Bloco: Sala: Hora Saída: Peso:
Alergias: (X) Não () Sim Comorbidades: () HAS () DM () Outras: neuropatia
Uso de medicações: (X) Não () Sim Jejum: () Não (X) Sim
SSW Admissão: PA: mmHg Pulso: bpm FL: rpm FC: bpm SpO₂: % T: °C

Enfermeiro(a): Cláudia Instrumentador(a): Djalmar Circulante: Elmire + Gabriela

Cirurgia: III cu # fêmur Especialidade: Ortopedia Sala: 03
Hora Início: 16:12 Hora Término: 17:31 Tipo de cirurgia: () Eletiva (X) Urgência (X) Limpa () Contaminada () Infectada
1º Cirurgião: João Aux.: Dr. Ricardo Residente:

Anestesia: () Local (X) Sedação () Geral TOT: () Bloqueio (X) Raquidiana Ag.nº 25 () Peridural () Cateter () Cateter
Ag.nº Cateter nº Início: 15:30 Garrote: () Smarch () Pneumático Início: Término:
Anestesiologista: Wellington

NEUROMUSCULAR	PELE/HIGIENE	CARDIOVASCULAR/ RESPIRATÓRIO	DISPOSITIVOS	MONITORIZAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> Consciente	<input checked="" type="checkbox"/> Normocorada	<input checked="" type="checkbox"/> Normotenso	<input checked="" type="checkbox"/> Jelco <u>15</u>	<input checked="" type="checkbox"/> ECG
<input type="checkbox"/> Letárgico	<input type="checkbox"/> Hipocorada	<input type="checkbox"/> Hipotensão	<input type="checkbox"/> Acesso V. Central	<input checked="" type="checkbox"/> Oximetria
<input type="checkbox"/> Coma	<input type="checkbox"/> Cianótica	<input type="checkbox"/> Hipertensão	<input type="checkbox"/> Cat. Diálise	<input type="checkbox"/> Capnógrafo
<input checked="" type="checkbox"/> Orientado	<input type="checkbox"/> Ictérica	<input checked="" type="checkbox"/> Normocárdico	<input type="checkbox"/> Fistula	<input checked="" type="checkbox"/> PA
<input type="checkbox"/> Desorientado	<input type="checkbox"/> Desidratada	<input type="checkbox"/> Bradicardia	<input type="checkbox"/> Arteriovenosa	<input type="checkbox"/> Estimul. Nervo
<input type="checkbox"/> Sedado	<input type="checkbox"/> Integra	<input type="checkbox"/> Taquicardia	<input type="checkbox"/> SNG	<input type="checkbox"/> Diprifusor
<input type="checkbox"/> Ansioso	<input checked="" type="checkbox"/> C/lesões	<input type="checkbox"/> Choque	<input type="checkbox"/> SVD	<input type="checkbox"/> BIC
<input type="checkbox"/> Deambula	<input type="checkbox"/> Sudorese	<input type="checkbox"/> Normoesfígmico	<input type="checkbox"/> Colostomia	<input type="checkbox"/> Desfibrilador
<input type="checkbox"/> V/ dificuldade	<input type="checkbox"/> Cicatriz cirúrgica	<input checked="" type="checkbox"/> Eupnéia	<input type="checkbox"/> Cistostomia	
<input checked="" type="checkbox"/> Acamado	<input checked="" type="checkbox"/> Higiene Satisfatória	<input type="checkbox"/> Dispneia	<input type="checkbox"/> Dreno:	
<input type="checkbox"/> Paraplégico	<input checked="" type="checkbox"/> Higiene deficiente	<input type="checkbox"/> Dispositivo O ₂	<input type="checkbox"/> Aparelho gessado	
<input type="checkbox"/> Tetraplégico	<input type="checkbox"/> Manchas		<input type="checkbox"/> Tração	
<input type="checkbox"/> Amputações	<input type="checkbox"/> S/Tricotomia		<input checked="" type="checkbox"/> Talas	

SINAIS VITAIS	Início	Meio	Fim	Unid.
FC	<u>70</u>	<u>58</u>	<u>68</u>	Bpm
Pulso	<u>70</u>	<u>58</u>	<u>68</u>	Bpm
Oximetria	<u>99</u>	<u>100</u>	<u>99</u>	%
Capnografia				%
PA	<u>92/56</u>	<u>90/54</u>	<u>106/67</u>	mmHg

POSIÇÃO	COXIM	MMSS
<input checked="" type="checkbox"/> Dorsal	<input type="checkbox"/> Cabeça	<input type="checkbox"/> Anatômicos
<input type="checkbox"/> Ventral	<input type="checkbox"/> Pescoço	<input checked="" type="checkbox"/> Abduzidos
<input type="checkbox"/> Lateral	<input type="checkbox"/> Tórax	<input type="checkbox"/> Fletidos
<input type="checkbox"/> Litotômica	<input type="checkbox"/> Lombar	<input type="checkbox"/> MMII
<input type="checkbox"/> Trendelenburg		<input checked="" type="checkbox"/> Anatômicos
<input type="checkbox"/> Canivete		<input type="checkbox"/> Abduzidos
<input type="checkbox"/> Proclive		<input type="checkbox"/> Fletidos

ACESSO VENOSO
<input type="checkbox"/> Punção Arterial
<input type="checkbox"/> Punção Venosa Periférica
<input type="checkbox"/> Punção Venosa Central
<input type="checkbox"/> Dissecção venosa
Local:
Cateter:

SONDAGEM GÁSTRICA		
<input type="checkbox"/>	SNG nº	
Retorno:		
CATETERISMO VESICAL		
<input type="checkbox"/>	SVF nº	<input type="checkbox"/> SVA nº
Diurese:		
Profissional responsável:		

EXAMES SOLICITADOS	
() Hemograma	() Gasometria

PLACA DO BISTURI ELÉTRICO
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não <input checked="" type="checkbox"/> Metal () Descartável
Local: <u>Anofletor D</u>
DEGERMAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
Local: <u>Antes d</u> Solução: <u>degermante</u> Local: <u>NID</u>

IMPLANTE CIRÚRGICO
Drenos: <u>096921-9</u>
Tela: <u>de algodão</u>
Cateter: <u>SPB 10/15</u>
Ostomia: <u>de algodão</u>
Fio de KC: <u>Parafuso - tipo: 1/2 esp. 1/2</u>
Placa - Tipo: <u>20 furos</u> <u>13 corticais</u>
Outros:

ASPECTOS DO MATERIAL CIRÚRGICO





HOSPITAL REGIONAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUCENA
SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM CENTRO CIRÚRGICO

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM - CENTRO CIRÚRGICO

HEMOTRANSFUSÃO:

() Hemoconcentrado _____ Unid. () Plasma _____ Unid. () Plaquetas _____ Unid.
() Albumina _____ Unid. () Expansor plasmático _____ Unid.

MEDICAÇÕES UTILIZADAS

Vide evolução anestesia

h: _____ h: _____ h: _____
h: _____ h: _____ h: _____
h: _____ h: _____ h: _____

HIDRATAÇÃO VENOSA

() Soro Fisiológico: _____ ml () Soro Ringer Simples: _____ ml
() Soro Glicosado: _____ ml () Soro Ringer Lactato: _____ ml

Quantidade total de volume
administrado: _____

ANATOMO PATOLÓGICO

☒ Não () Sim Peça: _____
Swab para cultura: _____

Peça para sepultamento: ☒ Não () Sim
Líquido: _____

CURATIVOS E IMOBILIZAÇÕES

FO de aspecto: ☒ Limpo () c/ exsudato () Contaminada () Aparelho gessado () Bandagens () Talas () Outros: _____

INTERCORRÊNCIAS: Procedimento / Intervenções

Ass: Olenilde Coren: 450.635

CONDIÇÕES DO PACIENTE AO TÉRMINO DO PROCEDIMENTO

Nível de consciência: ☒ Consciente () Inconsciente () Narcose () Coma () Vigil () Agitado
Respiratório: () Intubado () Extubado () Cânula de Guedel () O₂ ambiente Curativo. () Oclusivo () Compressivo () Bolsa de
colostomia () Outro: _____
Diurese: ☒ Espontânea () Normal () Hematúria () Irrigação Vesical () Oligúrico Destino após a cirurgia: CRO

UNIDADE DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA - CONDIÇÕES DO PACIENTE NA ADMISSÃO

Hora: 18:45 Data: 12/10/18 Nível de consciência: ☒ Acordado () Sonolento () Narcose () Orientado
() Desorientado () Agitado () Choroso Vias aéreas: () Intubado () Extubado () cânula de Guedel () Cateter O₂ () O₂ Ambiente
Mobilização MMII: () Normal () Diminuída () Sem mobilidade Mobilização MMSS: () Normal () Diminuída () Sem mobilidade
Venoclise: () Não () Sim Tipo: Gelco Local: MS e Sondas: () Gástrica () Enteral () Vesical
Drenos: () Sucção () Torácico () Penrose () Kherr Ostomias: () Sim () Não Especifique: _____
Irrigação vesical contínua: () Retorno satisfatório () Retorno Insuficiente () Coágulos
Curativo: ☒ Oclusivo () Descoberto () Limpo () Sujo Monitorização: () ECG () Oxímetro () PA

INTERCORRÊNCIAS NA URPA () Náuseas () Vômitos () Sangramento () Dor () Bexigoma () Alteração PA () Alteração FC

Relate:

SINAIS VITAIS

Líquidos administrados na URPA:

Hora	T°C	P	PA	FR	Sat.%	Dor	Soro glicosado: _____ ml
Admissão		<u>70</u>		<u>20</u>	<u>98</u>		Soro Fisiológico: _____ ml
30'		<u>68</u>		<u>22</u>	<u>98</u>		Ringer: _____ ml
60'		<u>67</u>		<u>22</u>	<u>98</u>		Irrigação vesical contínua: _____ ml
Alta		<u>65</u>		<u>18</u>	<u>98</u>		

Medicações administradas URPA:

Hora	Medicação	Dose	Via	Assinatura

Eliminações:

	Diurese	Retorno Gást.	Drenagem	Retorno da Irrigação
Recebido da SO				
Desprezado URPA				

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM/INTERCORRÊNCIAS: paciente em intercorrência
vincada para clínica ortopédica.





Hospital

Nome do paciente		MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS		Nº prontuário	
Data operação	12/10/2018	Enf.		Leito	
Operador		1º auxiliar			
2º auxiliar	DR. JOAN	3º auxiliar	DR. MICHEL	Instrumentador	
Anestesiista		Tipo de anestesia			
Diagnóstico pré-operatório					
Tipo de operação					
FRATURA FÊMUR DIREITO SEGMENTAR (02 SEGMENTOS) E FRATURA DE COLO DE FÊMUR ASSOCIADA					
Diagnóstico pós-operatório					
Relatório imediato do patologista					
OSTEOSSINTESE RÍGIDA					
Exame radiológico no ato					
Acidente durante a operação					

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de acesso - tática e técnica - ligaduras - drenagem - sutura - material empregado - aspecto - vísceras

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB ANESTESIA.
2. ASSEPSIA E ANTISSEPISIA.
3. CAMPOS ESTÉREIS.
4. ACESSO LATERAL LONGITUDINAL DE COXA DIREITA, REALIZADO REDUÇÃO DIRETA E FIXAÇÃO COM PLACA DCP LONGA LARGA E PARAFUSOS
5. LAVAGEM COM SF 0,9% E SUTURA POR PLANOS
6. FEITO SOB ESCOPIA
7. CURATIVO.
8. CRO.
9. RX.

OBS: Não há parafuso qd fazenda aderido para fixação do fêmur do lado do fêmur (D).

Dr. Michel Freire de Araújo
Ortopedista e Traumatologista
CRM 4423 - TEOT 10751



EXAMES COMPLEMENTARES

- * Rx tórax sem alterações
- * Sutura: ressecção + crusteio local + curativo de hemostasia +
sutura C/ pontos simples + curativo
- * Curativos sobre retardo de pontos, VAT e higiene
de lesão.

Ass. do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

<input type="checkbox"/> HEMATOLOGIA	<input type="checkbox"/> NEUROLOGIA	<input type="checkbox"/> NEFROLOGIA	<input type="checkbox"/> CIR. VASCULAR	<input type="checkbox"/> ENDOSCOPIA
<input type="checkbox"/> CLÍNICA MÉDICA	<input type="checkbox"/> CIRURGIA GERAL	<input type="checkbox"/> ORTOPEDIA	<input type="checkbox"/> BUCO-FACIAL	<input type="checkbox"/> UROLOGIA
<input type="checkbox"/> NEUROCIRURGIA	<input type="checkbox"/> OTORRINO	<input type="checkbox"/> OFTALMOLOGIA	<input type="checkbox"/> C. PLÁSTICA	<input type="checkbox"/>

CONDUTA

- ① Diclofenaco 75mg - 01amp, IM;
- ② Sol. Rx;
- ③ Sol. anal. ortopédico.

Dra. Gabriela Nobrega
Médica
CRM-RN 9145

Interna após alta de
Urgência
Após sutura, encaminhado
para o C. Cirurgias para
curativos, pontos e curativos.

Rogério Santos
Ortopedia e Traumatologia
Ass. do Responsável
CRM-RN 1226 / SBOT 1341

Dr. Kallyandre Medeiros
Urologia - Andrologia TISB
CPE: 751-469-594-04

DESTINO DO PACIENTE

<input type="checkbox"/> FICOU NO LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> INTERNADO NO SERVIÇO DE <u>ORTOPEDIA</u>	<input type="checkbox"/> REMOVIDO EM ____/____/____ HORA ____ PARA ____
HORA ____ HS		
RETIROU-SE POR	DECISÃO MÉDICA <input type="checkbox"/>	A REVELIA <input type="checkbox"/>
DATA ____/____/____	HORA ____	
ÓBITO ____/____/____	HORA ____	
ENTREGUE	À FAMÍLIA <input type="checkbox"/>	S.V.O. <input type="checkbox"/>
		I.T.E.P. <input type="checkbox"/>

Rogério Santos
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RN 1226 - SBOT 1341

MÉDICO (Carimbo)





PEDIDO DE PARECER

Unidade Solicitante: _____ Município: _____
Paciente: Yanuelo Azevedo dos Santos Prontuário: _____

Motivo da Consulta:

Edição moto-carro c/ deformidade em
coxa D. Estável hemodinamicamente.

Dr. Carlos Nobrega
Médico
CRM 1341

CRM

12/10/18
Data

Encaminhado à especialidade: _____
Consulta marcada para a Unidade: _____ Município: _____
Para o (a) Dr. (a): _____ às _____ horas do dia 1 / 1 / _____

RESPOSTA DE PARECER

Unidade Solicitante: _____ Município: _____
Paciente: _____ Prontuário: _____

(Dados do atendimento, resultado de exames, conduta e sugestões)

Fratura com fratura
segmentar femur coto
femur e segmento fur
inferior após sutura.

Diagnóstico:

Fratura coto femur e diáfise segmento
Rogério Santos
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 1341 SBO 1341
Médico

CID:

CRM

096921-4
12/10/18
Data





PRONTUÁRIO DE INTERNAÇÃO

CLINICA CIRURGICA		REGULAÇÃO	
ENFERMARIA Nº	LEITO	PRONTUÁRIO 162742	
DATA 12/10/2018	HORA 13:55	CATEGORIA	GIH
PACIENTE MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS		DATA DE NASCIMENTO 07/01/1972	
ESTADO CIVIL SOLTEIRO		PROFISSÃO MOTORISTA	
ENDEREÇO (RUA, Nº) RUA PADRE JOAO MARIA, 2			
MUNICIPIO PARNAMIRIM	BAIRRO EMAUS	UF RN	CEP 59
LOCAL DE TRABALHO			TELEFONE
FILIAÇÃO MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS		MANOEL FERNANDES DOS SANTOS	
RESPONSÁVEL MARCILIO ZAZEVEDO DOS SANTOS		TELEFONE 984777426	
ENDEREÇO O MESMO			
DIAGNOSTICO PROVISORIO Fratura fêmur D.			
DIAGNOSTICO DEFINITIVO			

DATA DE ADMISSÃO	ALTA	OBITO
HISTORIA CLINICA		
Paciente com fratura no tornozelo D. Fratura grade de fêmur D. 1/2 segmen- tos + fratura do colo de fêmur esquerdo/ Sintomático p/ tromboembolia venosa		
Dr. Michel Freire de Araújo Ortopedista e Traumatologista Ortopedia Oncológica CRM 4423 - RCD 10751		

096921-4
Walter Soares





PEDIDO DE PARECER

Unidade Solicitante: <u>CHTOPA</u>	Município: _____
Paciente: <u>Marcos Roberto da Silva</u>	Prontuário: _____
Motivo da Consulta: _____	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">E.C.G. RISCO CIRÚRGICO</div>	
<u>Rogério Santos</u> Ortopedista Traumatologista CRM 4225-SBOT-1341 Médico	_____ CRM _____ Data <u>12/10/18</u>
Encaminhado à especialidade: <u>Cardiologia</u>	
Consulta marcada para a Unidade: _____	Município: _____
Para o (a) Dr. (a): _____ às _____ horas do dia _____/_____/_____	

RESPOSTA DE PARECER

Unidade Solicitante: _____	Município: _____
Paciente: _____	Prontuário: _____
(Dados do atendimento, resultado de exames, conduta e sugestões)	
<u>0969214</u> <u>bede fabre</u> <u>S. Paulo</u>	
Diagnóstico: _____	CID: _____
_____ Médico _____ CRM _____ Data _____/_____/_____	
Retornar à clínica solicitante: _____	Unidade: _____ _____ às _____ horas do dia _____/_____/_____



SINISTRO 3190026688 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO ARUANA SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 87789353420

Posição em 06-02-2019 10:24:05

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
17/01/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Rodoviária Federal
Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito



PRF



Acidente nº 18058485B01

INFORMAÇÕES GERAIS

BR: 101

KM: 102,8 - Crescente

Município: PARNAMIRIM/RN

Data: 12/10/2018

Hora: 09:20

Policial responsável pelo atendimento: ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545

ASPECTOS DO LOCAL

Tipo de via: Principal

Tipo de pavimento: Asfalto

Tipo de pista: Múltipla

Condição da pista: Seca

Estrutura viária: Reta

Localidade urbanizada: ☒

Acostamento: ☒

Canteiro central: ☒

Condição meteorológica: Sol

Fase do dia: Pleno dia

NARRATIVA

No dia 12/08/2018, às 09:20h, no município de Parnamirim/RN, no km 103,2 da BR-101, sentido Natal/Parnamirim, ocorreu um acidente do tipo colisão traseira seguido de tombamento. Através dos vestígios encontrados no local e diligências empreendidas, constatou-se que Marcelo Azevedo dos Santos, condutor da motocicleta Honda CG Titan, de placas MYW-9727/RN, v1, por dirigir sem atenção e os devidos cuidados, colidiu na traseira do v2, que parou devido ao fluxo lento de veículos, evadindo-se do local. O v1, consequentemente, tombou em seguida. Observações pertinentes: 1/O condutor do V1, o Sr. Marcelo Azevedo dos Santos foi socorrido por equipe do SAMU para o Hospital Deoclécio Marques em Parnamirim/RN. 2/Velocidade regulamentar para o local é de 80 km/h; 3/Sinalização horizontal e vertical, bem como pavimento da via em boas condições, necessitando apenas de pequenas intervenções pontuais; 4/Não foram realizados testes de etilômetro nos condutores: no v1 pela gravidade dos ferimentos e em virtude do condutor do v2 evadir-se do local; 5/Condições ambientais boas; e 6/Coordenadas geográficas do local - latitude: -5,88861 e longitude: -35,24033.

EVENTOS SUCESSIVOS

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão traseira	V2 V1
2	Tombamento	V1



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18058485B01



PRF

V1



TRACIONADOR

MYW9727

Placa: MYW9727 - Registro Nacional

Marca/modelo/ano fabricação: HONDA/CG 150 TITAN KS/2006

Renavam: 00892206195

Chassi: 9C2KC08106R954922

Tipo de Veículo: Motocicleta

Espécie/categoria: Passageiro/Particular

Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

PROPRIETÁRIO

Nome: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 877.893.534-20

Endereço: R SAO JOAO, 2 - A, PARNAMIRIM/RN

Telefone/email: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Sem Imagem



Sem Imagem



Sem Imagem



Sem Imagem



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18058485B01



PRF

V1



CONDUTOR

Marcelo Azevedo dos Santos

Placa do veículo: MYW9727

Marca/modelo: HONDA/CG 150 TITAN KS

Envolvimento: Condutor

Nome: Marcelo Azevedo dos Santos

CPF: 877.893.534-20

Data de nascimento: 07/01/1972

Estado civil: Casado(a)

Sexo: Masculino

Estado físico: Lesões Graves

Usava cinto de segurança: NÃO APLICÁVEL

Usava capacete: Ignorado

DADOS DA HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR

Tipo: Não Habilitado

ALTERAÇÕES DA CAPACIDADE PSICOMOTORA

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

DADOS DE CONTATO

Endereço: R SAO JOAO, 2 - A, PARNAMIRIM/RN

Telefone/email: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18058485B01



PRF



Imagens Complementares

V1 - Condutor - HONDA/CG 150 TITAN KS - MYW9727



IMAGEM COMPLEMENTAR 01



IMAGEM COMPLEMENTAR 02



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18058485B01



PRF

Item	Descrição do Item	SIM*	NÃO**	NA***
20	Assoalho central direito		X	
21	Caixa de roda dianteira direita		X	
22	Longarina dianteira direita		X	

Total geral (SIM + NA): 0

Dimensão da monta: Pequena

*Item danificado no acidente.

**Item não danificado no acidente ou não existente.

*** Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18058485B01



PRF

RELATÓRIO DE AVARIAS - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V1 / HONDA/CG 150 TITAN K5

Placa: MYW9727

Nome do agente: ALEXANDRE RAMOS

Nº BOAT: 18058485B01

Matrícula do agente: 1069545

Data: 12/10/2018

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM*	NÃO**	NA***
1	Garfo dianteiro		X	
2	Mesa superior da suspensão dianteira		X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira		X	
4	Coluna de direção		X	
5	Chassi		X	
6	Garfo traseiro		X	
7	Eixo traseiro (tríciclos)		X	

Total geral (SIM + NA): 0

Dimensão da monta: Pequena

*Item danificado no acidente.

**Item não danificado no acidente ou não existente.

*** Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18058485B01



PRF

V2



CONDUTOR

Não Identificado

Placa do veículo: Não Identificado

Marca/modelo:

Envolvimento: Condutor

Nome: Não Identificado

CPF:

Data de nascimento:

Estado civil:

Sexo:

Estado físico: Ileso

Usava cinto de segurança: Ignorado

Usava capacete: NÃO APLICÁVEL

DADOS DA HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR

Tipo:

DADOS DE CONTATO

Endereço:

Telefone/email: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18058485B01



PRF

V2



TRACIONADOR

Não Identificado*

Marca/modelo:

Tipo de Veículo: Automóvel **Cor:**

Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento



Sem Imagem



Sem Imagem



Sem Imagem



Sem Imagem

* "Não identificado": veículo presente cuja determinação através dos sinais identificadores não foi possível de ser



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.533, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18058485B01



PRF

IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO CRESCENTE



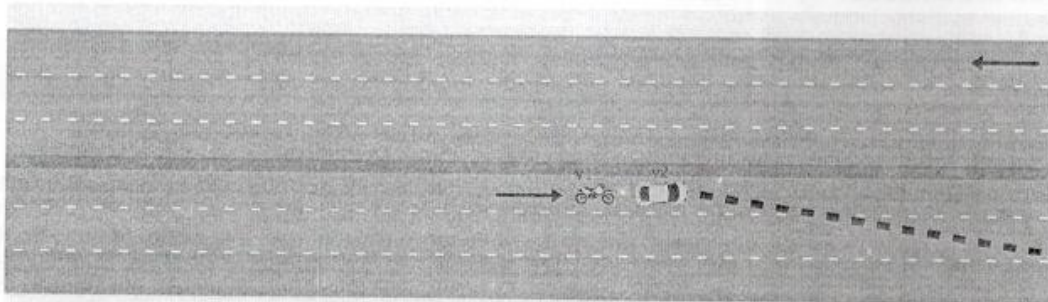
SENTIDO DECRESCENTE

AMARRAÇÃO - NÃO REALIZADA

CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



Local desfeito



← Natal - Decrescente

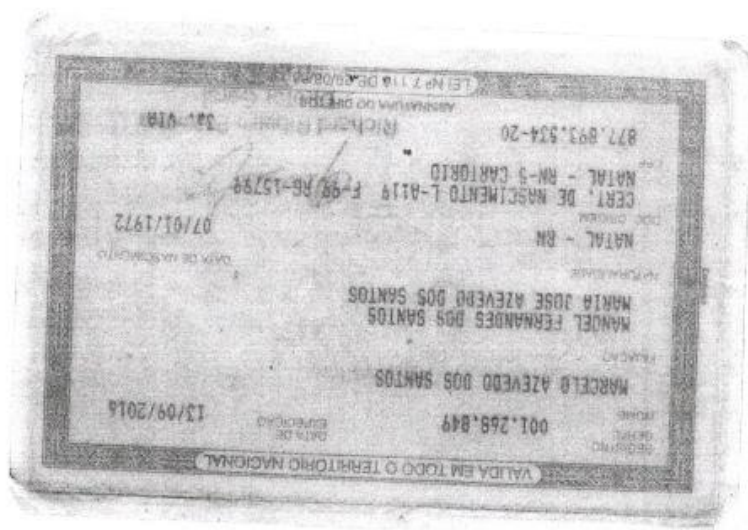
Panamirim - Crescente →



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RAMOS, matrícula 1069545, Policial Rodoviário Federal, em 16/10/2018, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18058485B01 e o número de controle D4C8D2D2A6EA84BE1E0A1769D0F367





NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA																																																											
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE RUA MERMOS, 150, BALDO, NATAL, RIO GRANDE DO NORTE CEP 59025-250 CNPJ 08.324.196/0001-81 INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0		 cosern Grupo Neoenergia www.cosern.com.br																																																									
Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02 Ligações Gratuitas: -TELEATENDIMENTO COSERN: 116 -Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142 -Ouvidoria 0800 084 0404 Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167 Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis																																																											
DADOS DO CLIENTE JOSE MARIA DANTAS CPF: 737.078.134-87 ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA RUA RIO TIGRE 37 -A EMAUS/ÁREA URBANA 59149-255 PARNAMIRIM RN <small>As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br</small>		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;"> DATA DE VENCIMENTO 12/11/2018 TOTAL A PAGAR (R\$) 0,00 </td> <td style="width: 50%; text-align: center;"> DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 25/10/2018 DATA DA APRESENTAÇÃO 25/10/2018 NÚMERO DA NOTA FISCAL 014335328 Série: U </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> RESERVADO AO FISCO 7D82.B173.EA45.5722.6C8F.F3D9.C0D9.5A23 </td> </tr> </table>		DATA DE VENCIMENTO 12/11/2018 TOTAL A PAGAR (R\$) 0,00	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 25/10/2018 DATA DA APRESENTAÇÃO 25/10/2018 NÚMERO DA NOTA FISCAL 014335328 Série: U	CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico		RESERVADO AO FISCO 7D82.B173.EA45.5722.6C8F.F3D9.C0D9.5A23																																																			
DATA DE VENCIMENTO 12/11/2018 TOTAL A PAGAR (R\$) 0,00	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 25/10/2018 DATA DA APRESENTAÇÃO 25/10/2018 NÚMERO DA NOTA FISCAL 014335328 Série: U																																																										
CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico																																																											
RESERVADO AO FISCO 7D82.B173.EA45.5722.6C8F.F3D9.C0D9.5A23																																																											
DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL																																																											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>PREÇO</th> <th>VALOR (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo Ativo(kWh)</td> <td>79,00</td> <td>0,62678920</td> <td>49,51</td> </tr> <tr> <td>Acréscimo Bandeira VERMELHA</td> <td></td> <td></td> <td>5,14</td> </tr> <tr> <td>Contrib. Ilum. Pública Municipal</td> <td></td> <td></td> <td>6,28</td> </tr> <tr> <td colspan="3" style="text-align: right;">TOTAL DA FATURA</td> <td>60,93</td> </tr> </tbody> </table>				DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)	Consumo Ativo(kWh)	79,00	0,62678920	49,51	Acréscimo Bandeira VERMELHA			5,14	Contrib. Ilum. Pública Municipal			6,28	TOTAL DA FATURA			60,93																																				
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)																																																								
Consumo Ativo(kWh)	79,00	0,62678920	49,51																																																								
Acréscimo Bandeira VERMELHA			5,14																																																								
Contrib. Ilum. Pública Municipal			6,28																																																								
TOTAL DA FATURA			60,93																																																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="4" style="text-align: center;">INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS</th> </tr> <tr> <th colspan="2">ICMS</th> <th colspan="2">PIS</th> <th colspan="2">COFINS</th> </tr> <tr> <th>BASE DE CÁLCULO</th> <th>%</th> <th>VALOR DO IMPOSTO</th> <th>BASE DE CÁLCULO</th> <th>%</th> <th>VALOR DO IMPOSTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>54,65</td> <td>18,00</td> <td>9,83</td> <td>54,65</td> <td>0,94</td> <td>0,51</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>4,35</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>2,37</td> </tr> </tbody> </table>				INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS				ICMS		PIS		COFINS		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	54,65	18,00	9,83	54,65	0,94	0,51						4,35						2,37																						
INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS																																																											
ICMS		PIS		COFINS																																																							
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO																																																						
54,65	18,00	9,83	54,65	0,94	0,51																																																						
					4,35																																																						
					2,37																																																						
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">Tarifas Aplicadas</th> <th colspan="2" style="text-align: center;">HISTÓRICO DO CONSUMO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo Ativo(kWh)</td> <td>0,46081000</td> <td>OUT 18</td> <td>79</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>SET 18</td> <td>87</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>AGO 18</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>JUL 18</td> <td>71</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>JUN 18</td> <td>62</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>MAI 18</td> <td>56</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>ABR 18</td> <td>59</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>MAR 18</td> <td>59</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>FEV 18</td> <td>57</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>JAN 18</td> <td>58</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>DEZ 17</td> <td>63</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>NOV 17</td> <td>61</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>OUT 17</td> <td>61</td> </tr> </tbody> </table>				Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO		Consumo Ativo(kWh)	0,46081000	OUT 18	79			SET 18	87			AGO 18	77			JUL 18	71			JUN 18	62			MAI 18	56			ABR 18	59			MAR 18	59			FEV 18	57			JAN 18	58			DEZ 17	63			NOV 17	61			OUT 17	61
Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO																																																									
Consumo Ativo(kWh)	0,46081000	OUT 18	79																																																								
		SET 18	87																																																								
		AGO 18	77																																																								
		JUL 18	71																																																								
		JUN 18	62																																																								
		MAI 18	56																																																								
		ABR 18	59																																																								
		MAR 18	59																																																								
		FEV 18	57																																																								
		JAN 18	58																																																								
		DEZ 17	63																																																								
		NOV 17	61																																																								
		OUT 17	61																																																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">COMPOSIÇÃO DO CONSUMO</th> </tr> <tr> <th></th> <th>R\$ %</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Geração de Energia</td> <td>21,05 36,52</td> </tr> <tr> <td>Transmissão</td> <td>2,50 4,57</td> </tr> <tr> <td>Distribuição (Cosern)</td> <td>11,86 21,70</td> </tr> <tr> <td>Encargos Setoriais</td> <td>3,34 6,11</td> </tr> <tr> <td>Tributos</td> <td>12,71 23,26</td> </tr> <tr> <td>Perdas de Energia</td> <td>3,19 5,84</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>54,65 100</td> </tr> </tbody> </table>				COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			R\$ %	Geração de Energia	21,05 36,52	Transmissão	2,50 4,57	Distribuição (Cosern)	11,86 21,70	Encargos Setoriais	3,34 6,11	Tributos	12,71 23,26	Perdas de Energia	3,19 5,84	TOTAL	54,65 100																																						
COMPOSIÇÃO DO CONSUMO																																																											
	R\$ %																																																										
Geração de Energia	21,05 36,52																																																										
Transmissão	2,50 4,57																																																										
Distribuição (Cosern)	11,86 21,70																																																										
Encargos Setoriais	3,34 6,11																																																										
Tributos	12,71 23,26																																																										
Perdas de Energia	3,19 5,84																																																										
TOTAL	54,65 100																																																										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="10" style="text-align: center;">DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL</th> </tr> <tr> <th rowspan="2">NÚMERO DO MEDIDOR</th> <th rowspan="2">TIPO DA FUNÇÃO</th> <th colspan="2">ANTERIOR</th> <th colspan="2">ATUAL</th> <th rowspan="2">Nº DIAS</th> <th rowspan="2">CONSTANTE</th> <th rowspan="2">AJUSTE</th> <th rowspan="2">CONSUMO kWh</th> </tr> <tr> <th>DATA</th> <th>LEITURA</th> <th>DATA</th> <th>LEITURA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>00000002141055001</td> <td>CAT</td> <td>25/09/2018</td> <td>2.891,00</td> <td>25/10/2018</td> <td>2.970,00</td> <td>30</td> <td>1,00000</td> <td>0,00</td> <td>79,00</td> </tr> </tbody> </table>				DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL										NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	00000002141055001	CAT	25/09/2018	2.891,00	25/10/2018	2.970,00	30	1,00000	0,00	79,00																						
DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL																																																											
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh																																																		
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA																																																						
00000002141055001	CAT	25/09/2018	2.891,00	25/10/2018	2.970,00	30	1,00000	0,00	79,00																																																		
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="5" style="text-align: center;">DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES</th> </tr> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>CONJUNTO</th> <th>VALOR APURADO</th> <th>MÉDIA MENSAL</th> <th>META TRIM.</th> <th>META ANUAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="6" style="text-align: center;">ago/2018</td> </tr> <tr> <td>DIC-No.de horas sem Energia</td> <td>PARNAMIRIM</td> <td>0,17</td> <td>5,97</td> <td>10,15</td> <td>20,39</td> </tr> <tr> <td>FG-No.de vezes sem Energia</td> <td></td> <td>1,00</td> <td>3,37</td> <td>6,35</td> <td>12,79</td> </tr> <tr> <td>DMIC-Duração máxima de interrupção contínua</td> <td></td> <td>0,17</td> <td>2,85</td> <td>0,50</td> <td>0,60</td> </tr> <tr> <td colspan="3">DICRI-Duração de interrupção em dia crítico</td> <td colspan="3">Limite DICRI: 12,22</td> </tr> <tr> <td colspan="6">EUSD-Valor de Encargo de Uso = R\$ 18,73</td> </tr> <tr> <td colspan="6"><small>Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.</small></td> </tr> </tbody> </table>				DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES					DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	MÉDIA MENSAL	META TRIM.	META ANUAL	ago/2018						DIC-No.de horas sem Energia	PARNAMIRIM	0,17	5,97	10,15	20,39	FG-No.de vezes sem Energia		1,00	3,37	6,35	12,79	DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,17	2,85	0,50	0,60	DICRI-Duração de interrupção em dia crítico			Limite DICRI: 12,22			EUSD-Valor de Encargo de Uso = R\$ 18,73						<small>Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.</small>								
DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES																																																											
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	MÉDIA MENSAL	META TRIM.	META ANUAL																																																						
ago/2018																																																											
DIC-No.de horas sem Energia	PARNAMIRIM	0,17	5,97	10,15	20,39																																																						
FG-No.de vezes sem Energia		1,00	3,37	6,35	12,79																																																						
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,17	2,85	0,50	0,60																																																						
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico			Limite DICRI: 12,22																																																								
EUSD-Valor de Encargo de Uso = R\$ 18,73																																																											
<small>Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.</small>																																																											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">INFORMAÇÕES IMPORTANTES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2"> <p>Pague no ponto mais perto de você! medfarma: av maria amelia machado,600, emaus / valdivio pereira da silva - me: rua luis jeronimo bezerra, emausLista completa em www.cosern.com.br.</p> <p>O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.</p> <p>Na data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br.</p> <p>O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.</p> <p>Pago: em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL). Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.</p> <p>O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.</p> </td> </tr> </tbody> </table>				INFORMAÇÕES IMPORTANTES		<p>Pague no ponto mais perto de você! medfarma: av maria amelia machado,600, emaus / valdivio pereira da silva - me: rua luis jeronimo bezerra, emausLista completa em www.cosern.com.br.</p> <p>O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.</p> <p>Na data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br.</p> <p>O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.</p> <p>Pago: em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL). Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.</p> <p>O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.</p>																																																					
INFORMAÇÕES IMPORTANTES																																																											
<p>Pague no ponto mais perto de você! medfarma: av maria amelia machado,600, emaus / valdivio pereira da silva - me: rua luis jeronimo bezerra, emausLista completa em www.cosern.com.br.</p> <p>O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.</p> <p>Na data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br.</p> <p>O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.</p> <p>Pago: em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL). Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.</p> <p>O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.</p>																																																											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">NÍVEIS DE TENSÃO</th> </tr> <tr> <th>TENSÃO NOMINAL(V)</th> <th colspan="2">LIMITE DE VARIAÇÃO(V)</th> </tr> <tr> <td></td> <th>MÍNIMO</th> <th>MÁXIMO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>220</td> <td>202</td> <td>231</td> </tr> </tbody> </table>				NÍVEIS DE TENSÃO			TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)			MÍNIMO	MÁXIMO	220	202	231																																												
NÍVEIS DE TENSÃO																																																											
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)																																																										
	MÍNIMO	MÁXIMO																																																									
220	202	231																																																									
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA																																																											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="5" style="text-align: center;">DESTAQUE AQUI</th> </tr> <tr> <th>CONTA CONTRATO</th> <th>MÊS/ANO</th> <th>TOTAL A PAGAR(R\$)</th> <th>VENCIMENTO</th> <th>TALÃO DE PAGAMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>007008980840</td> <td>10/2018</td> <td>0,00</td> <td>12/11/2018</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				DESTAQUE AQUI					CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO	007008980840	10/2018	0,00	12/11/2018																																										
DESTAQUE AQUI																																																											
CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO																																																							
007008980840	10/2018	0,00	12/11/2018																																																								
FATURA PAGA		AUTENTICAÇÃO MECÂNICA																																																									

Evite dobrar, perfurar ou rasurar.
Este canhoto será usado em leitura ótica.



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: *Morcelo Aguedo dos Santos*

NACIONALIDADE: *Brasileiro* ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

IDENTIDADE: *001.268.849* CPF: *877.893.534-20*

ENDEREÇO: *R. Rio Tingu, 37-A*

BAIRRO: *Emas* CIDADE: *Parnamirim*

TELEFONE: *98724 7446*

OUTORGADOS: ITAMAR OLÍMPIO DE VASCONCELOS MAIA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 11.925, NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.561, LARISSA DE OLIVEIRA MAIA, brasileira, solteira, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.421 com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, nº 454, "C", Santos Reis, Parnamirim/RN. Email: Oliveiramaiaadvogados@outlook.com ; bcitamaia@hotmail.com

PODERES: A quem concedo (ermos) amplos, limpos e ilimitados poderes, para em conjunto ou separadamente, no foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor em quaisquer medidas preliminares preventivas ou assecuratórias dos nossos direitos e interesses, ingressar com o pedido de indenização de seguro DPVAT na via administrativa e/ou judicialmente com ação de cobrança do Seguro DPVAT, pedir desistência em caso de não comparecimento em audiência, requerer e receber junto ao CPRE, **complemento do BOLETIM ACIDENTE DE TRANSITO**, usando, para tantos os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" e mais os especiais para transpor (em) compromissos, fazer acordo, receber (em), dar (em) quitação, representarmos juntos as repartições públicas, Estaduais, Municipais, Federa e autárquicas e sociedades de Economia Mista, praticando todos os atos de representação e defesa extrajudiciais, perante quaisquer pessoas físicas em geral, e, finalmente, praticar (em) todos os atos que se tornem mister para o fiel e completo desempenho deste mandato, inclusive interpor (em) total ou parcialmente, com ou sem reservas de poderes, o que tudo darei (ermos) por bom firme e valioso.

CONTRATO: Fica **CONTRATADO**, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 §4 da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além os honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Em caso de recebimento da indenização do seguro DPVAT pela via administrativa, o outorgante também pagará o valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber aos outorgados. Assim, fica configurado CONTRATO DE ADESAO, formalizado, para qualquer eventualidade futura.

Parnamirim, *19/11/2018*

Morcelo Aguedo dos Santos

OUTORGANTE

Rua Edgar Dantas, nº 454, "C", Santos Reis, Parnamirim/RN, CEP – 59.076-000.
Email: bcitamaia@hotmail.com





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT
AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: PORTO SEGURO S/A

DECISÃO

Vistos,

Considerando o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos da petição inicial, bem como o atendimento às condições da ação, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, recebo a inicial.

Haja vista a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Consoante preconiza o Enunciado n.º 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

Com efeito, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.



Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

P. I. Cumpra-se.

Natal, 8 de fevereiro de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT
AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

MANDADO DE CITAÇÃO

PROCESSO Nº 0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: RÉU: PORTO SEGURO S/A

A Doutora ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES, Juiz(a) de Direito, na forma da lei etc. MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda à CITAÇÃO da parte requerida abaixo identificada, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/ConsultaPublica/listView.seam>, utilizando o código 19020810001670200000037623359, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

D e s t i n a t á r i o :

N o m e : P O R T O S E G U R O S / A
Endereço: Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200



CUMPRA-SE na forma e sob penas da lei.
DADO E PASSADO nesta cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, aos 16 de abril
de 2019. Eu, GABRIELA GURGEL MEDEIROS, estagiária, digitei e conferi.

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Certifico que, em cumprimento ao mandado, me dirigi ao local e lá CITEI a PORTO SEGURO S/A, através de seu representante legal, que após a leitura do mandado, exarou o seu ciente e recebeu a contra fé. O referido é verdade e dou fé.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT
AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

MANDADO DE CITAÇÃO

PROCESSO Nº 0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: RÉU: PORTO SEGURO S/A

Jessica Bispo Pessoa
Porto Seguro
Matrícula: R 0123929-5

29/04/19
14:42

A Doutora ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES, Juiz(a) de Direito, na forma da lei etc. MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda à CITAÇÃO da parte requerida abaixo identificada, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/ConsultaPublica/listView.seam>, utilizando o código 19020810001670200000037623359, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Destinatário:

22/04/2019 09:23



Nome: PORTO SEGURO S/A

Endereço: Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova. NATAL - RN - CEP: 59056-200

CUMpra-se na forma e sob penas da lei.

DADO E PASSADO nesta cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, aos 16 de abril de 2019. Eu, GABRIELA GURGEL MEDEIROS, estagiária, digitei e conferi.

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

Assinado eletronicamente por: ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA
MACEDO HERONILDES
<https://pje.tjrn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 42046079

19041614092849100000040668417

22/04/2019 09:23





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: PORTO SEGURO S/A

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que a parte ré foi devidamente citada, contudo não apresentou contestação. Dou fé.

NATAL/RN, 17 de julho de 2019

SILVANA CLAUDIA GADELHA JALES COSTA DE FREITAS

Técnico Judiciário

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: PORTO SEGURO S/A

Despacho

Vistos,

Diante da necessidade de realização de perícia, determino a produção de tal prova, para o que nomeio perito Dr. Uraí de Oliveira, CRM/RN 4315 que deverá ser cientificado da presente nomeação. DESIGNO a data de 09/09/2019, às 13:30 horas, para fins de realização da perícia, que se dará na sala de audiências deste juízo, situado no 6º andar do Fórum Miguel Seabra Fagundes (FMSF), Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-205.

Intime-se a parte demandada para, no prazo de 15(quinze) dias, depositar os honorários periciais, os quais arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme Convênio firmado entre a seguradora e o TJRN, sob pena de não realização da prova.

Intime-se as partes, para conhecimento e providências que entenderem necessárias, inclusive no que atine ao acompanhamento pelos assistentes. Intime-se ainda o autor, através de seu advogado, para que se apresente o perito a fim de ser por este examinado, ocasião em que deverá portar, em originais, seus documentos pessoais (estes também em cópias que deverão ser entregues ao perito e por este juntados ao laudo) e documentos médicos relativos ao fato que deu ensejo ao presente processo.

P.I.

Natal, 18 de julho de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: PORTO SEGURO S/A

Despacho

Vistos,

Diante da necessidade de realização de perícia, determino a produção de tal prova, para o que nomeio perito Dr. Uraí de Oliveira, CRM/RN 4315 que deverá ser cientificado da presente nomeação. DESIGNO a data de 09/09/2019, às 13:30 horas, para fins de realização da perícia, que se dará na sala de audiências deste juízo, situado no 6º andar do Fórum Miguel Seabra Fagundes (FMSF), Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-205.

Intime-se a parte demandada para, no prazo de 15(quinze) dias, depositar os honorários periciais, os quais arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme Convênio firmado entre a seguradora e o TJRN, sob pena de não realização da prova.

Intime-se as partes, para conhecimento e providências que entenderem necessárias, inclusive no que atine ao acompanhamento pelos assistentes. Intime-se ainda o autor, através de seu advogado, para que se apresente o perito a fim de ser por este examinado, ocasião em que deverá portar, em originais, seus documentos pessoais (estes também em cópias que deverão ser entregues ao perito e por este juntados ao laudo) e documentos médicos relativos ao fato que deu ensejo ao presente processo.

P.I.

Natal, 18 de julho de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Perícia Médica

Processo: 0804703-77.2019.8.20.5001

REQUIERENTE: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

REQUERIDO: PORTO SEGURO S/A

A Dra. ELANE PALMEIRA DE SOUZA, Juíza de Direito da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal em substituição legal, na forma da lei, etc.

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à INTIMAÇÃO da pessoa abaixo nominada para comparecer à PERÍCIA MÉDICA a ser realizada no dia **09/09/2019 a partir das 13h30min por ordem de chegada**, na sala de audiências desta 20ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN.

OBSERVAÇÕES:

*A parte autora deverá apresentar ao perito seus documentos pessoais, além de todos os laudos médicos, receitas e exames realizados.

* Não será permitida a entrada de pessoas trajando bermudas, shorts, saias ou vestidos curtos

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico, através do sistema PJE, sendo vedada a juntada de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJE é o ".pdf".



DESTINATÁRIO: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS
Rua Rio Tigre, 37 A, Emaús, PARNAMIRIM - RN - CEP: 59149-255

CUMPRA-SE, na forma da lei e sob suas penas.

Natal, 8 de agosto de 2019

LUCIANA VALÉRIA FARIAS GARCIA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado, diligenciei na Rua Rio Tigre, 37 A, Parque Industrial, Emaús, nesta Comarca, e lá estando e após as formalidades legais, falei com a Sra. Lércia, ex-esposa do requerente e esta informou que se separou do mesmo e que faz uns cinco meses que se mudou e que não sabia informar o atual endereço do mesmo, contudo solicitou que deixasse a contrafé que iria tentar entregar ao ex.. Face aos fatos sobreditos, não intimei o Sr. Marcelo Azevedo dos Santos. Todo o referido é verdadeiro e dou fé.

Parnamirim/RN, 21 de agosto de 2019.

Antônio Francisco do Nascimento **Silva**

Oficial de Justiça



Successfully created



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

08-08-19
Recebido
Lênia S. Dantas
R-03

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Perícia Médica

Processo: 0804703-77.2019.8.20.5001

REQUIERENTE: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

REQUERIDO: PORTO SEGURO S/A

A Dra. ELANE PALMEIRA DE SOUZA, Juíza de Direito da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal em substituição legal, na forma da lei, etc.

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à INTIMAÇÃO da pessoa abaixo nominada para comparecer à PERÍCIA MÉDICA a ser realizada no dia **09/09/2019 a partir das 13h30min por ordem de chegada**, na sala de audiências desta 20ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN.

OBSERVAÇÕES:

*A parte autora deverá apresentar ao perito seus documentos pessoais, além de todos os laudos médicos, receitas e exames realizados.

* Não será permitida a entrada de pessoas trajando bermudas, shorts, saias ou vestidos curtos

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico, através do sistema PJE, sendo vedada a juntada de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJE é o ".pdf".

DESTINATÁRIO: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS
Rua Rio Tigre, 37 A, Emaús, PARNAMIRIM - RN - CEP: 59149-255

CUMPRA-SE, na forma da lei e sob suas penas.

Natal, 8 de agosto de 2019

13/08/2019 09:54



Sm
me doc

LUCIANA VALÉRIA FARIAS GARCIA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Assinado eletronicamente por: LUCIANA VALERIA FARIAS GARCIA

08/08/2019 14:29:04

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 47675134



19080814290342100000046116522

imprimir

13/08/2019 09:54



Assinado eletronicamente por: ANTONIO FRANCISCO DO NASCIMENTO SILVA - 02/09/2019 17:59:58

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19090217595826100000046818497>

Número do documento: 19090217595826100000046818497



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

ATO ORDINATÓRIO

Com a permissão do artigo 203, § 4º, do CPC, e de acordo com o Provimento nº 10-CJ/TJRN, de 04/07/2005, ficam as partes intimadas por seus advogados para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, se manifestarem sobre o laudo pericial acostado aos autos, bem como, no mesmo prazo, informar se tem interesse na produção de outras provas e/ou designação de audiência de conciliação.

Fica intimada também a parte demandada para, no prazo de 15 (quinze) dias, acaso não tenha realizado previamente, efetivar o depósito dos honorários periciais, no valor de R\$200,00 (duzentos reais), conforme convênio firmado entre a o TJRN e a Seguradora Líder.

Natal, 10 de setembro de 2019

LUCIANA VALERIA FARIAS GARCIA

Chefe de Secretaria



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO NATAL**

Processo nº 0804703-77.2019.8.20.5001

Ação de Seguro Obrigatório - DPVAT

Autor: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

Réu: PORTO SEGUROS S/A

LAUDO PERICIAL

I - DA APRESENTAÇÃO

Aos 09 de setembro de 2019, à hora aprazada, na sala de audiências da 20ª Vara Cível da Comarca do Natal/RN, situada no 6º andar do Fórum Miguel Seabra Fagundes (FMSF), endereçado à Rua Dr. Lauro Pinto, nº 315, Bairro de Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-250, eu, Dr. Uraí de Oliveira, CRM/RN 4315, na qualidade de Médico Cirurgião Ortopedista e Traumatologista nomeado para funcionar no feito em *múnus público*, iniciei a Perícia designada para esta ação, sobre a pessoa de **MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS**.

II - DA DESCRIÇÃO DO EXAME E DO RESULTADO ENCONTRADO

Analisando o periciando, avaliei que **(X) há ()** não há lesão corporal cuja etiologia decorre exclusivamente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre; que essas alterações da vítima são compatíveis com o quadro de início apresentado no primeiro atendimento, considerando-se as medidas tomadas na fase aguda do trauma; que posso afirmar serem as referidas lesões corporais **() reversíveis (X) definitivas**; que **() existe ()** não existe tratamento prescrito a ser aplicado para reversão do quadro **FRATURA DE FÊMUR PROXIMAL E DIAFISÁRIO À DIREITA** que **()** é preciso **(X) não** é preciso exame complementar para o diagnóstico conclusivo; e que o segmento corporal acometido foi o **MEMBRO INFERIOR DIREITO**, em caráter **()** total **()** parcial completo **(X) parcial incompleto**.

Sendo parcial incompleto, a lesão é:

() residual (10%)

() leve (25%)

() média (50%)

(X) intensa (75%).



III - DAS RESPOSTAS AOS QUESITOS

QUESITOS
<p>1. Quais são as lesões atualmente apresentadas pelo autor? Decorrem do relatado na petição inicial? SIM.</p> <p>FRATURA DE FÊMUR DIREITO (PROXIMAL E DIAFISÁRIO) – REALIZADO TRATAMENTO CIRÚRGICO COM COLOCAÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS NA DIÁFISE DE FÊMUR DIREITO.</p> <p>MOBILIDADE DE QUADRIL DIREITO COM LIMITAÇÃO LEVE PARA FLEXÃO E ROTAÇÕES INTERNA E EXTERNA, FORÇA MUSCULAR GRAU V EM SEGMENTO ACOMETIDO, NEUROVASCULAR PRESERVADO DE SEGMENTO ACOMETIDO, MODERADA HIPOTROFIA DE MUSCULATURA DE COXA DIREITA. DIFICULDADE PARA FICAR AGACHADO, FERIDA OPERATÓRIA CICATRIZADA REGIÃO LATERAL DE COXA DIREITA. MARCHA CLAUDICANTE À DIREITA, DEAMBULA COM USO DE MULETA.</p>
<p>2. Das lesões decorre alguma invalidez ou incapacidade? Qual é seu grau de extensão? São definitivas ou provisórias?</p> <p>INVALIDEZ ANATÔMICA E FUNCIONAL DE MEMBRO INFERIOR DIREITO DE CARÁTER DEFINITIVO E INTENSO.</p>
<p>3. Há algum tratamento médico para eliminar ou minorar as lesões? Qual?</p> <p>NÃO.</p>
<p>4. Há algo mais necessário para o deslinde da causa que se deva esclarecer?</p> <p>NÃO.</p>
<p>5. Qual o tempo de consolidação da invalidez?</p> <p>INVALIDEZ CONSOLIDADA AO NÍVEL DE MEMBRO INFERIOR DIREITO.</p>

IV - DO ENCERRAMENTO

Sendo o que cumpre proceder e esclarecer para desempenho de meu mister, encerro o presente laudo, que vai por mim assinado abaixo.

Natal/RN, 09 de setembro de 2019.

Uraí de Oliveira

DR. URAÍ DE OLIVEIRA
ORTOPÉDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM-RN 4315

Dr. Uraí de Oliveira
CRM/RN 4315 - OAB/RN 8156
Perito Judicial Cível
Ortopedista e Traumatologista





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

ATO ORDINATÓRIO

Com a permissão do artigo 203, § 4º, do CPC, e de acordo com o Provimento nº 10-CJ/TJRN, de 04/07/2005, ficam as partes intimadas por seus advogados para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, se manifestarem sobre o laudo pericial acostado aos autos, bem como, no mesmo prazo, informar se tem interesse na produção de outras provas e/ou designação de audiência de conciliação.

Fica intimada também a parte demandada para, no prazo de 15 (quinze) dias, acaso não tenha realizado previamente, efetivar o depósito dos honorários periciais, no valor de R\$200,00 (duzentos reais), conforme convênio firmado entre a o TJRN e a Seguradora Líder.

Natal, 10 de setembro de 2019

LUCIANA VALERIA FARIAS GARCIA

Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

20ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo nº: 0804703-77.2019.8.20.5001

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que as partes foram intimadas, conforme consta no Ato ordinatório Id49233542, cujo prazo já foi decorrido.

NATAL/RN, 21 de outubro de 2019

NATERCIA MARIA SENA DE ALMEIDA

AT

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: PORTO SEGURO S/A

SENTENÇA

Vistos etc.,

MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS, devidamente qualificado, por meio de advogado legalmente habilitado, promoveu AÇÃO DE COBRANÇA em face da PORTO SEGURO S/A, aduzindo, em síntese, que:

A) No dia 12/10/2018 foi vítima de acidente automobilístico;

B) O referido acidente lhe acarretou fratura de fêmur direito;

A parte autora colacionou aos autos boletim de ocorrência do evento, boletim de atendimento de urgência do Hospital Deoclécio Marques Lucena.

Requeru a declaração de inconstitucionalidade dos incisos I e II do art.31 e art. 32, ambos da lei 11.945/2009, bem como a tabela em seu anexo que alterou o art.3º da Lei nº 6.194/74, por afronta direta ao inciso III, art. 59 da Constituição Federal. Além da indenização do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, abatendo o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta dois reais e cinquenta centavos) já recebido.



Citada, a parte ré não apresentou contestação.

Perícia médica judicial realizada e anexada ao ID 48707837

É o relatório. Decido.

De início, é imprescindível analisar a alegação de inconstitucionalidade suscitada pela parte autora.

Assim, quanto à alegação do autor, de inconstitucionalidade formal e material dos arts. 31, incisos I e II e art. 32 da Lei nº 11.945/09, por suposta violação ao art. 59, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988 e ao princípio da dignidade da pessoa humana, encartado no art. 1º, inciso III, da Carta Cidadã, respectivamente, não assiste razão ao autor.

Afirma o requerente que os mencionados dispositivos da Lei nº 11.945/09 violariam o texto constitucional de forma reflexa por ir de encontro ao disposto no art. 7º da LC 95/98, uma vez que aqueles dispositivos não guardariam relação com o objeto da daquela lei. Todavia, sem adentrar ao mérito, nota-se que, caso houvesse a alegada violação, esta ensejaria em conflito de normas infraconstitucionais, não implicando em inconstitucionalidade.

Nesta mesma linha, não se verifica violação à dignidade da pessoa humana, uma vez que os dispositivos impugnados conferem racionalidade e sustentabilidade ao Seguro DPVAT, de forma a possibilitar a manutenção do amparo social sobre os riscos cobertos pelo seguro, ao passo que a graduação das lesões por região de importância e intensidade dá concretude ao princípio constitucional da proporcionalidade e do tratamento isonômico, estabelecendo a indenização de acordo com a gravidade da lesão, de sorte que a dignidade da pessoa humana permanece com seu núcleo essencial protegido, não havendo que se falar em inconstitucionalidade.

Ambos os entendimentos já estão pacificados na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, veja-se (grifei):

Recurso extraordinário com agravo. Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). 2. Redução dos valores de indenização do seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007. 3. Constitucionalidade da modificação empreendida pelo art. 8º da Lei 11.482/007 no art. 3º da Lei 6.194/74. 4. Medida provisória. Pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Discricionariedade. Precedentes. 5. Princípio da dignidade da pessoa humana. Ausência de violação. 6. Repercussão geral. 7. Recurso extraordinário não provido. (ARE 704520, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno,



julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014). Grifo nosso.

EMENTA: 1) SEGURO DPVAT. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE DA CNS PARA A PROPOSITURA DA PRESENTE AÇÃO. PERTINÊNCIA TEMÁTICA DA ATUAÇÃO DA REQUERENTE COM OS DESDOBRAMENTOS DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELAS LEIS CONJURADAS NA REGULAMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT. 2) A PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA A PROPOSITURA DE ADI ATRELADA AOS AUTOS APÓS A DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO SUPRE A INCAPACIDADE POSTULATÓRIA AB ORIGINE. VÍCIO SANADO. 3) RELEVÂNCIA E URGÊNCIA PARA O TRATAMENTO DA MATÉRIA SEGURO DPVAT EM SEDE DE MEDIDA PROVISÓRIA. REQUISITOS PRESENTES. 4) A COMPATIBILIDADE DAS NORMAS LEGAIS COM O TEXTO DA LC nº 95/98 ENCERRA CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL INSINDICÁVEL EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. 5) O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E OS ARTIGOS 196, 197 E 199 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA RESTAM IMACULADOS NA ALTERAÇÃO DA SISTEMÁTICA DO PAGAMENTO DO DPVAT QUE ENGENDROU COM O NOVEL SISTEMA SECURITÁRIO, POSTO HARMÔNICO COM AS NORMAS CONSTITUCIONAIS. 6) OS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA PROPORCIONALIDADE E DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL, MÁXIME DIANTE DOS MECANISMOS COMPENSATÓRIOS ENCARTADOS NA ORDEM NORMATIVA SUB JUDICE, RESTAM PRESERVADOS NA TABELA LEGAL PARA O CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. 7) O DIRIGISMO CONTRATUAL É CONSECUTÓRIO DA NOVA DOGMÁTICA DO DIREITO CIVIL GRAVITANTE EM TORNO DO TEXTO CONSTITUCIONAL E LEGITIMADORA DA PROIBIÇÃO LEGAL DE CESSÃO DO CRÉDITO DO DPVAT. 8) O NOVEL REGRAMENTO DO SEGURO DPVAT NÃO IMPEDE AS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE ELEGEREM OS HOSPITAIS PARTICULARES PARA O SEU ATENDIMENTO. 9) DIREITO À INCLUSÃO LEGAL DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVIDA A TÍTULO DE SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE INICIATIVA DO PODER COMPETENTE. 10) IMPROCEDÊNCIA DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.350 E 4.627. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI Nº 11.482/07 E DOS ARTS. 30 A 32 DA LEI Nº 11.945/09.(ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014).

Noutro vértice, aparte ré, regularmente citada, em 30/04/2019 conforme documento ID 4034117, não apresentou contestação, consoante a certidão de decurso de prazo ID 46882422.

Em que pese a ocorrência de revelia, o que importa na presunção relativa dos fatos, necessária ainda assim a realização de perícia médica para constatação do grau de invalidez e elucidação do valor devido pelo seguro obrigatório.

Nesse pórtico, repousa na melhor doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves, quanto a revelia, o que se segue:

A revelia é um estado de fato gerado pela ausência jurídica de contestação. esse conceito pode ser extraído do art. 344 do Novo CPC, que, apesar de confundir conteúdo com os efeitos da revelia, expõe claramente que a existência desse fenômeno processual depende da ausência de contestação. (NEVES, 2018, p. 684)



a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, certamente o efeito mais importante da revelia, é meramente relativa, podendo ser afastada no caso concreto. (NEVES, 2018, p. 685)

Nesta mesma linha, os efeitos da revelia não atingem às questões de direito, nem conduzem à inexorável procedência do pedido. Nesse largo, a presunção da veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa. O alcance do artigo 319 do Código de Processo Civil deve ser mitigado, porquanto à revelia não induz obrigatoriamente à procedência do pedido inicial, que dependerá do exame pelo magistrado de todas as evidências e provas dos autos.

Nesse sentido, destacamos dois julgados, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e do Tribunal de Justiça de São Paulo.

EMENTA: DPVAT. PREJUDICIAL DE MÉRITO. NULIDADE DA SENTENÇA SUSCITADA PELA APELANTE. LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A CONCORRÊNCIA DE DEFICIT FUNCIONAL DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, SEM MENCIONAR SE TAL DEBILIDADE TEM CARÁTER PERMANENTE, NEM TAMPOUCO INDICAR O SEU GRAU. DOCUMENTOS CONSTANTES NO CADERNO PROCESSUAL INSUFICIENTES PARA DEFINIR O CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ E O SEU GRAU, DE ACORDO COM A TABELA DA LEI DE REGÊNCIA DO SEGURO DPVAT. **EFEITOS DA REVELIA QUE PERMITE A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS, MAS NÃO AFASTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR O CARÁTER PERMANENTE DA LESÃO E O GRAU DA INVALIDEZ NECESSÁRIA À FIXAÇÃO DO QUANTUM DEVIDO.** PROVIMENTO DO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA E RETORNAR O FEITO À ORIGEM PARA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA.(TJRN - AC 20170195727 RN, Relator: Desembargador Amílcar Maia., Data do julgamento: 30/10/2018, 3ª Câmara Cível). (Grifo nosso).

A presunção de veracidade, decorrente da revelia, não é absoluta e insuperável nem pretendeu a lei transformar o juiz na espécie, num *robot* que tivesse que aprovar, conscientemente, a inverdade e a injustiça, sem qualquer possibilidade de coactar a iniquidade e a mentira. "Não há como se não considerar implícita a ideia de que a presunção de veracidade decorrente de revelia do adversário só poderá produzir todos os efeitos quanto a fatos revestidos de credibilidade ou verossimilhança. Aliás, há que se distinguir entre reconhecimento de fatos (juízos de afirmação sobre realidades externas, que se opõem a tudo o que é ilusório, fictício, ou apenas possível) e sequelas de sua afirmação. Só o fato objetivo não contestado é que se presume verdadeiro. Tal presunção não alcança cegamente as consequências de sua afirmação. Assim, não assumem véstia de dogma de fé meras estimativas de prejuízo perante fato tornado indiscutível pela revelia do adversário" (TJSP, Apel. 255.718, rel. Des. Azevedo Franceschini), in THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol.I, 56ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 2015. p. 811.

Em outras palavras, em que pese o efeito relativo de veracidade dos fatos, uma vez configurada a revelia, no que tange às ações de indenização do Seguro DPVAT é imprescindível a realização da perícia médica para aferir a invalidez e o seu grau de extensão.



Nesses termos, passo à análise do "*meritum causae*".

O Seguro Obrigatório DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres). Essa definição menciona que o Seguro DPVAT cobre danos pessoais, o que significa que não há cobertura para danos materiais, como roubo, colisão ou incêndio do veículo. Outro dado importante é que o Seguro DPVAT é obrigatório porque foi criado por lei, em 1974.

A Lei 11.945, de 04 de junho de 2009, que foi precedida da Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, alterou a Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecendo novas regras para a indenização por seguro DPVAT, admitindo a gradação do valor da indenização, conforme o grau de invalidez, conforme seja completa ou parcial, bem como de acordo com a parte do corpo afetada:

"Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que



devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.” (NR)

A parte autora comprovou, mediante boletim de atendimento de urgência, emitidos pelo Hospital Deoclécio Marques Lucena, que fora acometida de lesão de natureza ortopédica, bem assim que essa enfermidade decorreu do fatídico acidente automobilístico descrito na inicial.

Assim, todo o quadro clínico do autor comprovado nos autos foi decorrente do acidente automobilístico ao qual foi vitimado, restando, pois, identificado o **nexo de causalidade**.

Analisando-se o laudo do perito designado por esse juízo, conclui-se que o requerente se encontrava incapacitado permanentemente e que tal incapacidade decorreu de acidente automobilístico.

Assim, para os sinistros ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 (18/12/08), convertida na Lei n.º 11.945, (04/06/09), a regra da gradação de valores será a adotada para a indenização, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela que foi acrescentada à Lei 6.194/74.

Os percentuais acima devem ser calculados sobre o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vez que o sinistro é posterior à MP n.º 340, de 29/12/2006, que foi transformada na Lei n.º 11.482/07 (31/05/07), que previu que a indenização deveria ser de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais, revogando nesta parte a Lei anterior que fixava a indenização em até 40 (quarenta) salários mínimos.

Quanto à intensidade da invalidez do autor, pode-se inferir, através do documento de Id. 48707837, que a incapacidade permanente do autor é relativa ao membro inferior direito, em razão do que se aplica o percentual de 70%, bem como que a invalidez de tal membro é incompleta, em razão do que se aplica o percentual de 75%, vez que o perito classificou a lesão como sendo de intensa gravidade.



Aplicando-se o percentual de 70% sobre o valor de R\$ 13.500,00, tem-se a quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Ato contínuo, aplicando-se o percentual de 75% relativo à invalidez parcial de repercussão intensa, tem-se a quantia de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Tendo em vista o pagamento de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta dois reais e cinquenta centavos) pela via administrativa, a parte autora faz jus ao pagamento do importe de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos).

A correção monetária da indenização é devida, assim, a partir do sinistro, pois serve para manter a indenização que era devida à época do sinistro atualizada. Portanto, a partir da data do evento fatídico (12/10/2018) é devida a atualização monetária.

Quanto ao termo inicial dos juros moratórios, há que se ressaltar que, não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se cogitar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula n.º 54/STJ.

Deve-se averiguar a data do ato que constituiu a seguradora em mora. No presente caso, verifico que o termo inicial é o da citação válida e regular (30/04/2019), haja vista a ausência de qualquer ato anterior ao presente processo, seja administrativo ou judicial, que tenha constituído em mora a seguradora requerida. O percentual dos juros moratórios é o legal de 1% ao mês.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo **procedente** a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar ao autor a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos)**, o qual deverá ser ainda acrescido de correção monetária, pelo INPC, desde a data do sinistro (12/10/2018) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (30/04/2019) até a data do efetivo pagamento.

Ademais condeno a parte ré ao pagamento dos honorários periciais no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais).



Diante da sucumbência daré, condeno-a ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Após o trânsito em julgado, não sendo requerido o cumprimento de sentença no prazo de 30 (trinta) dias, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.

P. R. I.

Natal, 13 de novembro de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: PORTO SEGURO S/A

SENTENÇA

Vistos etc.,

MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS, devidamente qualificado, por meio de advogado legalmente habilitado, promoveu AÇÃO DE COBRANÇA em face da PORTO SEGURO S/A, aduzindo, em síntese, que:

A) No dia 12/10/2018 foi vítima de acidente automobilístico;

B) O referido acidente lhe acarretou fratura de fêmur direito;

A parte autora colacionou aos autos boletim de ocorrência do evento, boletim de atendimento de urgência do Hospital Deoclécio Marques Lucena.

Requeru a declaração de inconstitucionalidade dos incisos I e II do art.31 e art. 32, ambos da lei 11.945/2009, bem como a tabela em seu anexo que alterou o art.3º da Lei nº 6.194/74, por afronta direta ao inciso III, art. 59 da Constituição Federal. Além da indenização do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, abatendo o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta dois reais e cinquenta centavos) já recebido.



Citada, a parte ré não apresentou contestação.

Perícia médica judicial realizada e anexada ao ID 48707837

É o relatório. Decido.

De início, é imprescindível analisar a alegação de inconstitucionalidade suscitada pela parte autora.

Assim, quanto à alegação do autor, de inconstitucionalidade formal e material dos arts. 31, incisos I e II e art. 32 da Lei nº 11.945/09, por suposta violação ao art. 59, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988 e ao princípio da dignidade da pessoa humana, encartado no art. 1º, inciso III, da Carta Cidadã, respectivamente, não assiste razão ao autor.

Afirma o requerente que os mencionados dispositivos da Lei nº 11.945/09 violariam o texto constitucional de forma reflexa por ir de encontro ao disposto no art. 7º da LC 95/98, uma vez que aqueles dispositivos não guardariam relação com o objeto da daquela lei. Todavia, sem adentrar ao mérito, nota-se que, caso houvesse a alegada violação, esta ensejaria em conflito de normas infraconstitucionais, não implicando em inconstitucionalidade.

Nesta mesma linha, não se verifica violação à dignidade da pessoa humana, uma vez que os dispositivos impugnados conferem racionalidade e sustentabilidade ao Seguro DPVAT, de forma a possibilitar a manutenção do amparo social sobre os riscos cobertos pelo seguro, ao passo que a graduação das lesões por região de importância e intensidade dá concretude ao princípio constitucional da proporcionalidade e do tratamento isonômico, estabelecendo a indenização de acordo com a gravidade da lesão, de sorte que a dignidade da pessoa humana permanece com seu núcleo essencial protegido, não havendo que se falar em inconstitucionalidade.

Ambos os entendimentos já estão pacificados na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, veja-se (grifei):

Recurso extraordinário com agravo. Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). 2. Redução dos valores de indenização do seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007. 3. Constitucionalidade da modificação empreendida pelo art. 8º da Lei 11.482/007 no art. 3º da Lei 6.194/74. 4. Medida provisória. Pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Discricionariedade. Precedentes. 5. Princípio da dignidade da pessoa humana. Ausência de violação. 6. Repercussão geral. 7. Recurso extraordinário não provido. (ARE 704520, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno,



julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014). Grifo nosso.

EMENTA: 1) SEGURO DPVAT. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE DA CNS PARA A PROPOSITURA DA PRESENTE AÇÃO. PERTINÊNCIA TEMÁTICA DA ATUAÇÃO DA REQUERENTE COM OS DESDOBRAMENTOS DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELAS LEIS CONJURADAS NA REGULAMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT. 2) A PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA A PROPOSITURA DE ADI ATRELADA AOS AUTOS APÓS A DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO SUPRE A INCAPACIDADE POSTULATÓRIA AB ORIGINE. VÍCIO SANADO. 3) RELEVÂNCIA E URGÊNCIA PARA O TRATAMENTO DA MATÉRIA SEGURO DPVAT EM SEDE DE MEDIDA PROVISÓRIA. REQUISITOS PRESENTES. 4) A COMPATIBILIDADE DAS NORMAS LEGAIS COM O TEXTO DA LC nº 95/98 ENCERRA CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL INSINDICÁVEL EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. 5) O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E OS ARTIGOS 196, 197 E 199 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA RESTAM IMACULADOS NA ALTERAÇÃO DA SISTEMÁTICA DO PAGAMENTO DO DPVAT QUE ENGENDROU COM O NOVEL SISTEMA SECURITÁRIO, POSTO HARMÔNICO COM AS NORMAS CONSTITUCIONAIS. 6) OS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA PROPORCIONALIDADE E DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL, MÁXIME DIANTE DOS MECANISMOS COMPENSATÓRIOS ENCARTADOS NA ORDEM NORMATIVA SUB JUDICE, RESTAM PRESERVADOS NA TABELA LEGAL PARA O CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. 7) O DIRIGISMO CONTRATUAL É CONSECUTÓRIO DA NOVA DOGMÁTICA DO DIREITO CIVIL GRAVITANTE EM TORNO DO TEXTO CONSTITUCIONAL E LEGITIMADORA DA PROIBIÇÃO LEGAL DE CESSÃO DO CRÉDITO DO DPVAT. 8) O NOVEL REGRAMENTO DO SEGURO DPVAT NÃO IMPEDE AS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE ELEGEREM OS HOSPITAIS PARTICULARES PARA O SEU ATENDIMENTO. 9) DIREITO À INCLUSÃO LEGAL DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVIDA A TÍTULO DE SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE INICIATIVA DO PODER COMPETENTE. 10) IMPROCEDÊNCIA DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.350 E 4.627. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI Nº 11.482/07 E DOS ARTS. 30 A 32 DA LEI Nº 11.945/09.(ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014).

Noutro vértice, aparte ré, regularmente citada, em 30/04/2019 conforme documento ID 4034117, não apresentou contestação, consoante a certidão de decurso de prazo ID 46882422.

Em que pese a ocorrência de revelia, o que importa na presunção relativa dos fatos, necessária ainda assim a realização de perícia médica para constatação do grau de invalidez e elucidação do valor devido pelo seguro obrigatório.

Nesse pórtico, repousa na melhor doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves, quanto a revelia, o que se segue:

A revelia é um estado de fato gerado pela ausência jurídica de contestação. esse conceito pode ser extraído do art. 344 do Novo CPC, que, apesar de confundir conteúdo com os efeitos da revelia, expõe claramente que a existência desse fenômeno processual depende da ausência de contestação. (NEVES, 2018, p. 684)



a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, certamente o efeito mais importante da revelia, é meramente relativa, podendo ser afastada no caso concreto. (NEVES, 2018, p. 685)

Nesta mesma linha, os efeitos da revelia não atingem às questões de direito, nem conduzem à inexorável procedência do pedido. Nesse largo, a presunção da veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa. O alcance do artigo 319 do Código de Processo Civil deve ser mitigado, porquanto à revelia não induz obrigatoriamente à procedência do pedido inicial, que dependerá do exame pelo magistrado de todas as evidências e provas dos autos.

Nesse sentido, destacamos dois julgados, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e do Tribunal de Justiça de São Paulo.

EMENTA: DPVAT. PREJUDICIAL DE MÉRITO. NULIDADE DA SENTENÇA SUSCITADA PELA APELANTE. LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A CONCORRÊNCIA DE DEFICIT FUNCIONAL DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, SEM MENCIONAR SE TAL DEBILIDADE TEM CARÁTER PERMANENTE, NEM TAMPOUCO INDICAR O SEU GRAU. DOCUMENTOS CONSTANTES NO CADERNO PROCESSUAL INSUFICIENTES PARA DEFINIR O CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ E O SEU GRAU, DE ACORDO COM A TABELA DA LEI DE REGÊNCIA DO SEGURO DPVAT. **EFEITOS DA REVELIA QUE PERMITE A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS, MAS NÃO AFASTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR O CARÁTER PERMANENTE DA LESÃO E O GRAU DA INVALIDEZ NECESSÁRIA À FIXAÇÃO DO QUANTUM DEVIDO.** PROVIMENTO DO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA E RETORNAR O FEITO À ORIGEM PARA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA.(TJRN - AC 20170195727 RN, Relator: Desembargador Amílcar Maia., Data do julgamento: 30/10/2018, 3ª Câmara Cível). (Grifo nosso).

A presunção de veracidade, decorrente da revelia, não é absoluta e insuperável nem pretendeu a lei transformar o juiz na espécie, num *robot* que tivesse que aprovar, conscientemente, a inverdade e a injustiça, sem qualquer possibilidade de coactar a iniquidade e a mentira. "Não há como se não considerar implícita a ideia de que a presunção de veracidade decorrente de revelia do adversário só poderá produzir todos os efeitos quanto a fatos revestidos de credibilidade ou verossimilhança. Aliás, há que se distinguir entre reconhecimento de fatos (juízos de afirmação sobre realidades externas, que se opõem a tudo o que é ilusório, fictício, ou apenas possível) e sequelas de sua afirmação. Só o fato objetivo não contestado é que se presume verdadeiro. Tal presunção não alcança cegamente as consequências de sua afirmação. Assim, não assumem véstia de dogma de fé meras estimativas de prejuízo perante fato tornado indiscutível pela revelia do adversário" (TJSP, Apel. 255.718, rel. Des. Azevedo Franceschini), in THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol.I, 56ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 2015. p. 811.

Em outras palavras, em que pese o efeito relativo de veracidade dos fatos, uma vez configurada a revelia, no que tange às ações de indenização do Seguro DPVAT é imprescindível a realização da perícia médica para aferir a invalidez e o seu grau de extensão.



Nesses termos, passo à análise do "*meritum causae*".

O Seguro Obrigatório DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres). Essa definição menciona que o Seguro DPVAT cobre danos pessoais, o que significa que não há cobertura para danos materiais, como roubo, colisão ou incêndio do veículo. Outro dado importante é que o Seguro DPVAT é obrigatório porque foi criado por lei, em 1974.

A Lei 11.945, de 04 de junho de 2009, que foi precedida da Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, alterou a Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecendo novas regras para a indenização por seguro DPVAT, admitindo a gradação do valor da indenização, conforme o grau de invalidez, conforme seja completa ou parcial, bem como de acordo com a parte do corpo afetada:

"Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que



devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.” (NR)

A parte autora comprovou, mediante boletim de atendimento de urgência, emitidos pelo Hospital Deoclécio Marques Lucena, que fora acometida de lesão de natureza ortopédica, bem assim que essa enfermidade decorreu do fatídico acidente automobilístico descrito na inicial.

Assim, todo o quadro clínico do autor comprovado nos autos foi decorrente do acidente automobilístico ao qual foi vitimado, restando, pois, identificado o **nexo de causalidade**.

Analisando-se o laudo do perito designado por esse juízo, conclui-se que o requerente se encontrava incapacitado permanentemente e que tal incapacidade decorreu de acidente automobilístico.

Assim, para os sinistros ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 (18/12/08), convertida na Lei n.º 11.945, (04/06/09), a regra da gradação de valores será a adotada para a indenização, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela que foi acrescentada à Lei 6.194/74.

Os percentuais acima devem ser calculados sobre o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vez que o sinistro é posterior à MP n.º 340, de 29/12/2006, que foi transformada na Lei n.º 11.482/07 (31/05/07), que previu que a indenização deveria ser de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais, revogando nesta parte a Lei anterior que fixava a indenização em até 40 (quarenta) salários mínimos.

Quanto à intensidade da invalidez do autor, pode-se inferir, através do documento de Id. 48707837, que a incapacidade permanente do autor é relativa ao membro inferior direito, em razão do que se aplica o percentual de 70%, bem como que a invalidez de tal membro é incompleta, em razão do que se aplica o percentual de 75%, vez que o perito classificou a lesão como sendo de intensa gravidade.



Aplicando-se o percentual de 70% sobre o valor de R\$ 13.500,00, tem-se a quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Ato contínuo, aplicando-se o percentual de 75% relativo à invalidez parcial de repercussão intensa, tem-se a quantia de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Tendo em vista o pagamento de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta dois reais e cinquenta centavos) pela via administrativa, a parte autora faz jus ao pagamento do importe de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos).

A correção monetária da indenização é devida, assim, a partir do sinistro, pois serve para manter a indenização que era devida à época do sinistro atualizada. Portanto, a partir da data do evento fatídico (12/10/2018) é devida a atualização monetária.

Quanto ao termo inicial dos juros moratórios, há que se ressaltar que, não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se cogitar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula n.º 54/STJ.

Deve-se averiguar a data do ato que constituiu a seguradora em mora. No presente caso, verifico que o termo inicial é o da citação válida e regular (30/04/2019), haja vista a ausência de qualquer ato anterior ao presente processo, seja administrativo ou judicial, que tenha constituído em mora a seguradora requerida. O percentual dos juros moratórios é o legal de 1% ao mês.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo **procedente** a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar ao autor a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos)**, o qual deverá ser ainda acrescido de correção monetária, pelo INPC, desde a data do sinistro (12/10/2018) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (30/04/2019) até a data do efetivo pagamento.

Ademais condeno a parte ré ao pagamento dos honorários periciais no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais).



Diante da sucumbência daré, condeno-a ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Após o trânsito em julgado, não sendo requerido o cumprimento de sentença no prazo de 30 (trinta) dias, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.

P. R. I.

Natal, 13 de novembro de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico e dou fé que a sentença proferida nos presentes autos TRANSITOU EM JULGADO sem interposição de recurso por qualquer das partes.

Natal, 11 de fevereiro de 2020.

VILMA MARIA GURGEL FERNANDES DE MEDEIROS

AUXILIAR TÉCNICO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE NATAL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCESSO Nº 0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉ: PORTO SEGURO S/A

Indenização seguro DPVAT

MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS, já qualificado na petição inicial, por intermédio do seu advogado legalmente constituído (e-mail: bctitamaia@hotmail.com), comparece perante Vossa Excelência, com base no contido do art. 509, parágrafos 1º e 2º, e artigos 513 a 519 da Lei 13.105/2015 – NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, para REQUER o processamento de

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA,

em face de PORTO SEGURO S/A, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos de conhecimento, o que faz lastreado nos fatos e fundamento a seguir:

DO TÍTULO JUDICIAL

Em processo de conhecimento que tramitou perante este juízo, deu-se provimento aos pedidos formulados na ação, condenando a requerida ao pagamento à parte requerente o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais); tal valor deve ser corrigido monetariamente pelo INPC a contar de 12/10/2018 e os juros legais a contar da citação da data 30/04/2019.

Assim, o requerente possui em seu favor, TÍTULO JUDICIAL nos autos principais de Cobrança de Seguro DPVAT, Sentença ID: 50831132, conforme dispositivo; na fase de conhecimento que transitou nesta Vara Cível, sem interposição de recurso.



DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedente a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar ao autor a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos), o qual deverá ser ainda acrescido de correção monetária, pelo INPC, desde a data do sinistro (12/10/2018) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (30/04/2019) até a data do efetivo pagamento.

Ademais condeno a parte ré ao pagamento dos honorários periciais no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Diante da sucumbência da ré, condeno-a ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Referida sentença proferida por Juiz de Primeiro Grau, homologada, com certificação de trânsito em julgado na data de 11/02/2020, sem interposição de recurso por ambas as partes.

E, tendo em vista que a requerida não cumpriu a sentença em apreço, a qual homologada por Vossa Excelência, faz-se necessário o início da fase de cumprimento de sentença

DO OBJETO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA,

A quantia líquida sentenciada, com as devidas atualizações em juros e correção monetária, à luz do Artigo 509 no NCPC em seu parágrafo 2º e Artigo 523 CAPUT do mesmo códex § 2º.

A lei processual, é clara em afirmar que quando a apuração do valor depender apenas de meros cálculos aritméticos, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento de sentença.

No caso concreto em tela, para apurar perfeitamente o valor atualizado da parte líquida da r. Sentença, há que se aplicar os índices determinados no decisor, conforme efetuado no demonstrativo que segue. Vide anexo PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS.



DO PEDIDO

Com todo o exposto, para o fiel cumprimento da r. Sentença, roga-se:

- a) Seja recebida a presente petição de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, determinando Vossa Excelência, o respectivo processamento.
- b) Seja a parte Ré, na pessoa do seu advogado constituído em processo de conhecimento, intimada para que pague, o valor da condenação com os acréscimos legais, pois a decisão em execução, transitou em julgado na data de 11/02/2020, conforme certidão ID:53265134;
- c) Da intimação deverá constar que o executado tem 15 dias para que pague o débito, conforme planilha anexa, sob pena de multa de 10% nos termos do artigo 523, § 1º do CPC; devendo Vossa Excelência proceder a penhora on line do valor devido, a ser atualizado até o momento do bloqueio, nos termos dos artigos 853, I e 854 NCPC;
- d) Requer ainda seja arbitrado honorário de sucumbência de 20% do valor a ser adimplido, caso não havendo o pagamento espontâneo ;
- e) Desde já requer que se já houver bloqueio de valores BACENJUD, sejam expedidos alvarás em separado, autor e advogado.

NESTES TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO.

NATAL, 26 DE ABRIL DE 2020.

ITAMAR OLÍMPIO DE VASCONCELOS MAIA

ADVOGADO – OAB/RN Nº 11.925



Salvar o cálculo:

Para salvar **essa página** em seu computador, utilize a opção "**Arquivo/Salvar como**" do seu navegador.
Para recuperar a planilha salva, clique duas vezes no arquivo que foi salvo, e o cálculo será apresentado.

[Imprimir](#) [Alterar/Atualizar](#) [Voltar](#)

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Proc. n.º 0804703-77.2019.8.20.5001 Autor: Marcelo Azevedo dos Santos Ré Porto Seguro S/A Valor da condenação R\$4.725,00 Sentença transitada em julgado 11/02/2020
Data de atualização dos valores: abril/2020
Indexador utilizado: TJ/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
Juros compensatórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 12/10/2018
Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 30/04/2019
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 10,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 1,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	VALOR DA CONDENAÇÃO	12/10/2018	4.725,00	4.977,82	896,01	704,86	0,00	6.578,69
				Sub-Total				R\$ 6.578,69
				Honorários advocatícios (10,00%)	(+)			R\$ 657,87
				Sub-Total				R\$ 657,87
				TOTAL GERAL				R\$ 7.236,56





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

PORTO SEGURO S/A

DESPACHO

Vistos,

Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado/seguradora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.

Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

P. I.



Natal, 27 de abril de 2020.

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

PROC. Nº 0804703-77.2019.8.20.5001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

RÉU: PORTO SEGURO S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Sr(a). ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES, Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal, na forma da lei.

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, efetue a INTIMAÇÃO do demandado/executado abaixo qualificado para, em 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia estabelecida por sentença, acrescida de custas judiciais, nos termos do art. 523 do NCPC. Transcorrido o referido prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação.

Advertência: Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo estabelecido, será acrescida ao referido valor multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios em percentual de 10% (dez por cento). (art. 523, §1º NCPC).

VALOR DO DÉBITO: R\$ 11.113, 50(onze mil cento e trinta sete reais e cinquenta centavos)

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico, através do sistema PJE, sendo vedada a juntada de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJE é o ".pdf".



DESTINATÁRIO:

PORTO SEGURO S/A

Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200

CUMPRA-SE, na forma da lei e sob suas penas.

Eu, CYNTHIA RAMOS DO MONTE, TJ, digitei e conferi.

Natal, 4 de maio de 2020

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO

HERONILDES

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0804703-77.2019.8.20.5001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

PORTO SEGURO S/A

DESPACHO

Renove-se a intimação, via correios.

Natal, 17 de julho de 2020

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juíza de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

PROCESSO Nº 0804703-77.2019.8.20.5001

AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS, já devidamente qualificado no presente processo, por intermédio do seu advogado igualmente qualificado e habilitado, comparece perante Vossa Excelência, para renovar "Pedido de Cumprimento de Sentença ID: 55307918.

Ocorre que a parte Ré, intimada por intermédio dos ID's 55329513 e 55333045, vem desconhecendo seu dever de efetuar o depósito da condenação.

Com as considerações, reitera seus pedidos em Cumprimento de Sentença, em especial quanto ao item e) bloqueio de contas da Ré, por intermédio do sistema BACENJUD.

NESTES TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO.

NATAL, 17 DE JULHO DE 2020

ITAMAR OLÍMPIO DE VASCONCELOS MAIA

ADVOGADO - OAB/RN Nº 11.925





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo nº: 0804703-77.2019.8.20.5001

Exequente: AUTOR: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

Executado: PORTO SEGURO S/A

CARTA DE INTIMAÇÃO

Ao Sr. (a)

PORTO SEGURO S/A

Avenida Prudente de Moraes, 4055, - de 3299 a 4241 - lado ímpar, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200

Natal, 05/08/2020.

POR ORDEM da Dra. ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO
HERONILDES, Juíza de Direito, com respaldo no art. 93, XIV da CF e no artigo 2º, inciso VI do
Provimento nº 12 de 02 de agosto de 2005, da Corregedoria da Justiça deste Estado, INTIMO Vossa
Senhoria para efetuar o pagamento da quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco



centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de acréscimo de multa de 10%(dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento).

Fica intimado o executado, conforme previsão do art. 525 do NCPC, que, transcorrido o prazo para pagamento, inicia-se a contagem de prazo de 15 (quinze) dias para que apresente, nos próprios autos, impugnação.

ADVERTÊNCIA: Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação pertinentes. (art. 523, §3º do NCPC)

Atenciosamente,

CYNTHIA RAMOS DO MONTE
Técnico Judiciário

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

20ª Vara Cível da Comarca de Natal Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250 Processo: 0804703-77.2019.8.20.5001	20ª Vara Cível da Comarca de Natal Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250 Processo: 0804703-77.2019.8.20.5001
Destinatário: PORTO SEGURO S/A Avenida Prudente de Moraes, 4055, - de 3299 a 4241 - lado ímpar, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200	Destinatário: PORTO SEGURO S/A Avenida Prudente de Moraes, 4055, - de 3299 a 4241 - lado ímpar, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200



**SIGEP**AVISO DE
RECEBIMENTO

CONTRATO 9912263131

DESTINATÁRIO:

PORTO SEGURO S/A
Avenida Prudente de Moraes, 4055
Lagoa Nova
59056200 Natal-RN

BO529381065BR



REMETENTE: 20ª Vara Cível de Natal-RN

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

Rua Doutor Lauro Pinto, 315
6º andar Candelária
59064250 Natal-RN

OBSERVAÇÃO 0804703-77.2019

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1º 20.08.20 14:15 h
2º 24.08.20 15:20 h
3º 26.08.20 15:30 h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

- | | |
|-------------------------|---|
| 1 Mudou-se | 5 Recusado |
| 2 Endereço insuficiente | 6 Não Procurado |
| 3 Não Existe o Número | <input checked="" type="checkbox"/> Ausente |
| 4 Desconhecido | 8 Falecido |
| 9 Outros | |

CARIMBO

UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

José Wilson
Agente de Correios - Ativ. Carteiro
Mat. 92400644

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE





Destinatário: PORTO SEGURO S/A
Avenida Prudente de Moraes, 4055
Lagoa Nova
59056-200 Natal/RN
Obs.: 0804703-77.2019



Data de Postagem
14/08/2020

AR

BO529381065BR



Recebedor: _____

Assinatura: _____

Documento: _____

AO REMETENTE

07.08.2020



Assinado eletronicamente por: CYNTHIA RAMOS DO MONTE - 29/09/2020 09:47:16

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092909471577500000058225638>

Número do documento: 20092909471577500000058225638



Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

COMARCA DE NATAL

Central de Cumprimento de Mandados

CERTIDÃO

Certifico que, em virtude da DECISÃO exarada no Pedido de Providências SIGAJUS n.º 04101.053304/2020-41, cancelando a lotação provisória deste Oficial de Justiça na CCm de Natal, cuja decisão estar anexo, devolvo a CCM, para devida redistribuição. O referido é verdade e dou fé.

Natal/RN, 18 de setembro de 2020.

Ednildo Elias de Oliveira

Oficial de Justiça

Mat. 107.944-1

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

SIGAJUS n.º 04101.053304/2020-41
Assunto: lotação de servidor
Interessado(a): EDNILDO ELIAS DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de solicitação realizada pelo Juiz Diretor do Foro da Comarca de Ceará-Mirim/RN, Cleudson de Araújo Vale, pleiteando o retorno do servidor EDNILDO ELIAS DE OLIVEIRA, Oficial de Justiça, matrícula n.º 107.944-1, à unidade de origem, a saber, Vara Única da Comarca de Ceará-Mirim/RN.

Cumpre frisar que por meio do PAV 247792019 (Portaria n.º 101/2020, de 12 de fevereiro de 2020), o interessado foi lotado provisoriamente na Central de Cumprimento de Mandados vinculada à Direção do Foro da Comarca de Natal/RN.

Analisando o antedito PAV, percebe-se que a lotação do referido servidor foi pleiteada pela própria Direção do Foro da Comarca de Ceará-Mirim, mediante ofício assinado por todos os juizes da comarca, após ser instaurada sindicância em desfavor do interessado.

Dessa forma, considerando que a solicitação está partindo da Direção do Foro da Comarca de Ceará-Mirim, presume-se que a motivação da saída do servidor já foi superada, logo, **DEFIRO** o pedido determinando o retorno imediato do servidor EDNILDO ELIAS DE OLIVEIRA à Comarca de Ceará-Mirim/RN, revogando-se à Portaria n.º 101/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Geral para a respectiva revogação e em seguida ao Departamento de Recursos Humanos deste Tribunal para as devidas anotações e ciência dos interessados. Oportunamente, archive-se.

Natal, 17 de setembro de 2020.

Desembargador **JOÃO REBOUÇAS**
Presidente



Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

COMARCA DE NATAL

Central de Cumprimento de Mandados

PLANTÃO DIÁRIO

CERTIDÃO

Certifico que, em virtude da pandemia ocasionada pelo **SARS-COV-2**, os atendimentos presenciais foram temporariamente suspensos, conforme **PORTARIA CONJUNTA 38/2020-TJ** 01 de agosto de 2020. Diante disso, as demandas de urgência estão sendo realizadas de forma remota (**TELETRABALHO**) à **PORTO SEGURO** através do e-mail: jessica.pessoa@portoseguro.com.br até o retorno das atividades presenciais.

Assim sendo, observadas as formalidades legais, dei cumprimento ao mandado extraído dos autos de nº **0804703-77.2019.8.20.5001**, com nº **ID 55512862** enviando **MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO COM A RESPECTIVA DECISÃO** ao e-mail suso às 11h40. Diante do exposto, certifico que **INTIMEI/NOTIFIQUEI a PORTO SEGURO**, por intermédio de **Jéssica Pessoa**; que após a leitura do inteiro teor deste mandado, acusou recebimento às 12h, conforme documento anexo.

O referido é verdade.

Dou fé.

Natal/RN, 21 de setembro de 2020.

Roberta Helena Saldanha de Lima

Subcoordenadora CCM/FMSF/TJRN

Mat. nº 197.564-1

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



22/09/2020

Zimbra: Re: MANDADO PORTO SEGURO - 0804703-77.2019

Boa tarde,

Processo recebido:

MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS 0804703-77.2019.8.20.5001

·bmail.tjr.jus.br/#15

1/1



Assinado eletronicamente por: ROBERTA HELENA SALDANHA DE LIMA - 22/09/2020 11:21:04
<https://pje1g.tjr.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092211210397200000057992483>
Número do documento: 20092211210397200000057992483

Num. 60439743 - Pág. 1

Juntada de impugnação a execução.





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo n. 08047037720198205001

PORTO SEGURO S/A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO

consoante as razões de fato e de direito expostas a seguir:

DA GARANTIA DO JUÍZO E TEMPESTIVIDADE

A impugnante garantiu o juízo no valor total da execução atualizada, conforme cálculo em anexo, na monta de R\$ 7.717,51 (sete mil e setecentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos), na data de 07/10/2020. Assim, considerando ainda a verossimilhança dos argumentos que ora se apresenta, bem como, tendo em vista o dano irreparável, diante da irreversibilidade na hipótese de liberação dos valores depositados, mormente pela condição de hipossuficiente do impugnado, **requer-se o deferimento do efeito suspensivo até o julgamento da presente impugnação.**

Frisa-se que o pagamento da garantia do juízo ocorreu NO PRAZO legal de 15 dias para pagamento, de modo que o valor devido e incontroverso não terá inserção de multa e honorários previstos no art. 523, CPC, eis que observado o prazo legal. Necessário destacar que, conforme expediente dos autos, **a intimação do art. 523, CPC ocorreu em 21-09-2020, logo, observado o**



prazo legal de pagamento. Sendo certo que a impugnação deve ser apresentada em até 15 dias após transcorrido o prazo para pagamento voluntário, tempestiva é a presente.

Assim requer a Impugnante o recebimento em seu efeito suspensivo e julgamento do presente *petitum*, vez que cumpridas todas as formalidades legais aplicáveis ao caso em questão.

DOS PRESSUPOSTOS PARA IMPUGNAR A EXECUÇÃO

Conforme redação do artigo Art. 525,§1º do CPC/2015, para que a impugnação a execução seja aceita, necessita preencher os requisitos do referido artigo.

No caso em apreço, tem-se que há EXCESSO NA EXECUÇÃO, razão pela qual está cumprido o pressuposto para apresentação da Impugnação.

Assim sendo, com fulcro no dispositivo supracitado, vem a Impugnante expor seus motivos para que no final seja julgada procedente a presente impugnação.

DA SÍNTESE DA DEMANDA

O Autor, ora Impugnado, ingressou com ação judicial requerendo a condenação da Ré, ora Impugnante, ao pagamento da indenização securitária por seguro DPVAT, tendo em vista acidente automobilístico ocorrido em 12/10/2018. Diante disso, após todo o deslinde da ação, houve condenação da impugnante. Contudo, o Impugnado apresentou petição de cumprimento de sentença com cálculo eivado de vícios, com evidente excesso, motivo pelo qual fez-se necessária a interposição da presente impugnação.

Sendo assim, a ora Impugnante apresentará a seguir seus argumentos, demonstrando o excesso de execução, requerendo desde já que a presente Impugnação a execução seja julgada procedente, por ser esta medida da mais lúdima **JUSTIÇA!**

DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS

Inicialmente, cumpre esclarecer que o demandado providenciou o pagamento dos honorários periciais fixados em saber, no montante de R\$ 200,00 e quanto ao referido valor não há discordância, de modo que deverá ser o perito intimado para recebimento do montante, conforme comprovante de pagamento em anexo.



INSERÇÃO EQUIVOCADA DE JUROS COMPENSATÓRIOS DESDE O SINISTRO

“(…) R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos), o qual deverá ser ainda acrescido de correção monetária, pelo INPC, desde a data do sinistro (12/10/2018) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (30/04/2019) até a data do efetivo pagamento. Ademais condeno a parte ré ao pagamento dos honorários periciais no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais). Diante da sucumbência da ré, condeno-a ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação”

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Proc. n.º 0804703-77.2019.8.20.5001 Autor: Marcelo Azevedo dos Santos Ré Porto Seguro S/A Valor da condenação R\$4.725,00 Sentença transitada em julgado 11/02/2020

Data de atualização dos valores: abril/2020

Indexador utilizado: TJ/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)

Juros compensatórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 12/10/2018

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 30/04/2019

Acrescimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 10,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATORIOS 1,00% a.m.	JUROS MORATORIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	VALOR DA CONDENACAO	12/10/2018	4.725.00	4.977.82	896.01	704.86	0.00	6.578.69
				Sub-Total				R\$ 6.578.69
				Honorários advocatícios (10.00%)	(-)			R\$ 657.87
				Sub-Total				R\$ 657.87
				TOTAL GERAL				R\$ 7.236.56

Considerando que o depósito da garantia do juízo se deu em 08-10-2020, conforme comprovante em anexo, certo é que o valor correto e devido à parte exequente é tão somente o montante de **R\$ 6.497,34** (Seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos), vejamos:

CORREÇÃO: retroagimos 2 meses na data da correção monetária, pois o indexador estava atualizado até agosto, enquanto o depósito ocorreu em outubro;



CITAÇÃO: 30/4/2020;

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS 2 MESES NA DATA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, POIS O INDEXADOR ESTAVA ATUALIZADO ATÉ AGOSTO, ENQUANTO O DEPÓSITO OCORREU EM OUTUBRO
Valor Nominal	R\$ 4.725,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2018 a Agosto/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/4/2019 a 9/10/2020
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	731 dias	1,059396
Percentual correspondente	731 dias	5,939641 %
Valor corrigido para 1/8/2020	(=)	R\$ 5.005,65
Juros(528 dias-18,00000%)	(+)	R\$ 901,02
Sub Total	(=)	R\$ 5.906,67
Honorários (10%)	(+)	R\$ 590,67
Valor total	(=)	R\$ 6.497,34

Deste modo, considerando que o juízo foi garantido no valor da execução atualizado, a saber R\$ 7.717,51 (sete mil setecentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos), sendo devido à parte autora, ora impugnada, o montante de **R\$ 6.497,34 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos)**, o impugnante faz jus à devolução do valor de **R\$ 1.220,17 (mil duzentos e vinte reais e dezessete centavos)**. Resta evidente o equívoco e excesso de execução, posto que o exequente postula por pagamento do valor de R\$ 7.236,56, atualizado até abril de 2020, enquanto o valor correto, conforme cálculo acima, é R\$ 6.497,34, atualizado até a data do depósito da garantia, em outubro de 2020.

Caso paire alguma dúvida, diante da divergência de cálculos apresentados pelas partes, suplica a impugnante que sejam os autos remetidos ao crivo do contador judicial para o melhor deslinde da ação e a constatação do real valor da condenação, devendo ser respeitada a data do pagamento da garantia do juízo em 08-10-2020. Posteriormente, apurado o excesso e determinada a devolução do excedente, seja extinto o processo, ante a satisfação total da obrigação nos termos do art. 924, II do NCPC.



CONSIDERAÇÕES FINAIS E PEDIDO

Dessa forma, por medida da mais lúdima justiça, evitando o enriquecimento ilícito por parte do Impugnado, vem a Impugnante, ante o exposto e por tudo mais que consta no autos, requerer:

Seja recebida a presente impugnação ao cumprimento de sentença, deferindo-se o efeito suspensivo para sobrestar a presente execução do título executivo judicial, na forma do artigo 525 § 6º, do Código de Processo Civil, sob pena de sofrer danos de difícil e incerta reparação, eis que, garantido o Juízo por depósito em dinheiro, o seu levantamento implicará na impossibilidade de ressarcimento no caso de acolhimento da Impugnação, o que se confia;

Sejam julgados procedentes os pedidos do executado para **reconhecer o excesso de execução do cumprimento de sentença, estabelecendo como adequado por tudo o que dos autos consta, a quantia de R\$ 6.497,34 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos), já liquidada através do depósito da garantia do juízo,** não havendo de se falar em saldo remanescente para exequente e tão somente de devolução para o impugnante, conforme pedido abaixo. Ademais, condenar o exequente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios na forma da Lei;

Seja determinada a devolução do valor excedente de R\$ R\$ 1.220,17 (mil duzentos e vinte reais e dezessete centavos), através de expedição de **OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA**, nos termos do parágrafo único, do art. 906, CPC, para fins de devolução à ré do valor depositado nos autos, conforme anexo, e seus acréscimos legais, em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante a efetuar transferência na conta corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, do BANCO DO BRASIL S/A.

Assim declarado o excesso, seja julgada extinta a execução, nos termos do art. 924, II do NCPC, sob pena de injustiças e excessos:

Caso assim não se entenda, diante da divergência de cálculos apresentados pelas partes, seja oportunizada a prova necessária para apuração dos cálculos devidos, nos limites da decisão condenatória transitada em julgado;

Por fim que haja abertura de prazo para manifestação da parte impugnada, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.;



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito sob o nº **5432 - OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,
pede deferimento.

NATAL, 8 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN



CÁLCULO – GARANTIA DO JUÍZO

Valor da execução: R\$ 7.236,56, até abril de 2020.

OBS: retroagimos 2 meses na data de início, pois o indexador estava atualizado até agosto, enquanto o depósito ocorreu em outubro de 2020.

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 7.236,56
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Fevereiro/2020 a Agosto/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/4/2020 a 9/10/2020

Dados calculados		
Fator de correção do período	182	1,006096
	dias	
Percentual correspondente	182	0,609552 %
	dias	
Valor corrigido para 1/8/2020	(=)	R\$ 7.280,67
Juros(162 dias-6,00000%)	(+)	R\$ 436,84
Sub Total	(=)	R\$ 7.717,51
Valor total	(=)	R\$ 7.717,51

R\$ 7.717,51





				N° DA CONTA JUDICIAL 4500108321639	
N° DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 08/10/2020		AGÊNCIA (PREF / DV) 3795	
TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL					
DATA DA GUIA 07/10/2020		N° DA GUIA 2755768		N° DO PROCESSO 08047037720198205001	
TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA					
COMARCA NATAL		ORGÃO/VARA 20 VARA CIVEL		DEPOSITANTE RÉU	
VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 7717,51					
NOME DO RÉU/IMPETRADO PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS		TIPO DE PESSOA Jurídica		CPF / CNPJ 61198164000160	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS		TIPO DE PESSOA Física		CPF / CNPJ 87789353420	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 6473904EE7570FA3					
CÓDIGO DE BARRAS					



CÁLCULO

SENTENÇA = Diante do exposto, julgo **procedente** a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar ao autor a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos)**, o qual deverá ser ainda acrescido de correção monetária, pelo INPC, desde a data do sinistro (12/10/2018) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (30/04/2019) até a data do efetivo pagamento. Ademais condeno a parte ré ao pagamento dos honorários periciais no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais). Diante da sucumbência da ré, condeno-a ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

CORREÇÃO: RETROAGIMOS 2 MESES NA DATA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, POIS O INDEXADOR ESTAVA ATUALIZADO ATÉ AGOSTO, ENQUANTO O DEPÓSITO OCORREU EM OUTUBRO

CITAÇÃO: 30/04/2019

DATA FINAL DE ATUALIZAÇÃO: 08-10-2020 (Data do depósito da garantia do juízo)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS 2 MESES NA DATA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, POIS O INDEXADOR ESTAVA ATUALIZADO ATÉ AGOSTO, ENQUANTO O DEPÓSITO OCORREU EM OUTUBRO
Valor Nominal	R\$ 4.725,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2018 a Agosto/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/4/2019 a 8/10/2020
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	731 dias	1,059396
Percentual correspondente	731 dias	5,939641 %
Valor corrigido para 1/8/2020	(=)	R\$ 5.005,65
Juros(527 dias-18,00000%)	(+)	R\$ 901,02
Sub Total	(=)	R\$ 5.906,67
Honorários (10%)	(+)	R\$ 590,67
Valor total	(=)	R\$ 6.497,34

VALOR: R\$ 6.497,34



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO


NATAL - 20 VARA CIVEL


Processo: 08047037720198205001 - ID 081160000008512246

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

**ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.**

					001-9					00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000														
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço										SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO														
CNPJ: 09.248.608/0001-04										TRIBUNAL DE JUSTICA. RN - PROCESSO: 08047037720198205001 - 08546459000105, NATAL - 20 VARA CIVEL														
Sacador/Avalista																								
Nosso-Número					Nr. Documento					Data de Vencimento					Valor do Documento					(=) Valor Pago				
28365850088084941					0					30/11/2020					200,00					200,00				
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço																								
BANCO DO BRASIL S/A																								
Agência/Código do Beneficiário										Autenticação Mecânica														
2234 / 99747159-X																								

					001-9					00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000														
Local de Pagamento										Data de Vencimento														
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO										30/11/2020														
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ										Agência/Código do Beneficiário														
BANCO DO BRASIL S/A										2234 / 99747159-X														
Data do Documento					Nr. Documento					Espécie DOC					Aceite					Data do Processamento				
30/09/2020					0					ND					N					30/09/2020				
Uso do Banco					Carteira					Espécie					Quantidade					xValor				
0					17					R\$														
Informações de Responsabilidade do Beneficiário										(-) Desconto/Abatimento														
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081160000008512246 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep																								
										(+) Juros/Multa														
										(=) Valor Cobrado														
										200,00														
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço																								
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO																								
CNPJ: 09.248.608/0001-04																								
TRIBUNAL DE JUSTICA. RN - PROCESSO: 08047037720198205001 - 08546459000105, NATAL - 20 VARA CIVEL																								
Sacador/Avalista										Código de Baixa														
										Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação														



			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		05/10/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
05/10/2020	081160000008512246	08047037720198205001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
RN	Vara Cível	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS		Jurídica	61198164000160	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS		FÍSICA	87789353420	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
264197ABD653EB9B				
CÓDIGO DE BARRAS				
00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000				



Juntada de honorários periciais.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08047037720198205001

PORTO SEGURO S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

NATAL, 8 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN





Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		05/10/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
05/10/2020	081160000008512246	08047037720198205001		
UF/COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
RN		Vara Cível	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS			Jurídica	61198164000160
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS			FÍSICA	87789353420
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
264197ABD653EB9B				
CÓDIGO DE BARRAS				
00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000				



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

NATAL - 20 VARA CIVEL


Processo: 08047037720198205001 - ID 08116000008512246


Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

					001-9					00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000				
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço														
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO														
CNPJ: 09.248.608/0001-04														
TRIBUNAL DE JUSTICA. RN - PROCESSO: 08047037720198205001 - 08546459000105, NATAL - 20 VARA CIVEL														
Sacador/Avalista														
Nosso-Número					Nr. Documento		Data de Vencimento			Valor do Documento			(=) Valor Pago	
28365850088084941					0		30/11/2020			200,00			200,00	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço														
BANCO DO BRASIL S/A														
Agência/Código do Beneficiário														
2234 / 99747159-X														
Autenticação Mecânica														

					001-9					00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000				
Local de Pagamento														
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO														
Data de Vencimento														
30/11/2020														
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ														
BANCO DO BRASIL S/A														
Agência/Código do Beneficiário														
2234 / 99747159-X														
Data do Documento		Nr. Documento		Espécie DOC		Aceite		Data do Processamento			Nosso-Número			
30/09/2020		0		ND		N		30/09/2020			28365850088084941			
Uso do Banco		Carteira		Espécie		Quantidade		xValor			(=) Valor do Documento			
0		17		R\$							200,00			
Informações de Responsabilidade do Beneficiário														
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 08116000008512246 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S														
etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep														
(-) Desconto/Abatimento														
(+ Juros/Multa														
(=) Valor Cobrado														
200,00														
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço														
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO														
CNPJ: 09.248.608/0001-04														
TRIBUNAL DE JUSTICA. RN - PROCESSO: 08047037720198205001 - 08546459000105, NATAL - 20 VARA CIVEL														
Código de Baixa														
Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação														
Sacador/Avalista														



Assinado eletronicamente por: Fernanda Christina Flôr Linhares - 09/10/2020 11:55:07

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100911550683700000058925490>

Número do documento: 20100911550683700000058925490

Juntada de petição.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08047037720198205001

PORTO SEGURO S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do substabelecimento para o fim de regularizar a representação processual da Seguradora. No mais, reporta-se à impugnação apresentada e aguarda julgamento.

Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR inscrito sob o nº 5432 - OAB/RN sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

NATAL, 09/10/2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **Antônio Martins Teixeira Junior**, inscrito na OAB/RN sob o nº 5432, **Thiago Miranda Gonçalves de Oliveira**, inscrito na OAB/RN 9.379, **Daniel Ramon da Silva**, OAB/RN 14.156, inscrita na OAB/RN sob o nº 8.707 e Fernanda **Chirstina Flôr Linhares**, inscrita na OAB/RN sob o nº 12.101, todos com escritório na Rua Miguel Arcanjo Galvao, N. 1952 - Ed Plenarium 9º andar, sala 906, Lagoa Nova, Natal - RN - CEP: 59.064-560, os poderes que lhes foram conferidos por **PORTO SEGURO S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS**, em curso perante a **20ª VARA CÍVEL** da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 08047037720198205001.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2020.



JOÃO ALVES BARBSA FILHO - OAB/RN 980-A

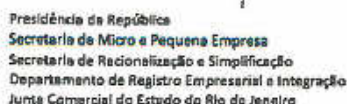
FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





NÃO É A SEDE DA FILIAL OU UNDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tips for Success

Sociedade anônima

State Empowered

Normal

NR de Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131303 . 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salero(s): 102595004

Hash: ECC52D23-D73D-4232-8033-7CC9943D69D4

Órgão	Calculado	Pago
Juiza	570,00	570,00
DRÉI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**


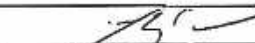
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOES DO SEGURO DEVAT S/A

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DE VIDA S/A
NIRE: 333.0429479-6 Protocolo: SP-2018/817153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2018 SOB O NÚMERO 00003749058 e demais constantes do texto de autenticação.

autenticação: 7D6974386FA48220C8F548566E30E5ECP8FED5CF68740F233F496AFDA50317D8

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.jf.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o n.º de protocolo. Pag. 2/13



Assinado eletronicamente por: Fernanda Christina Flôr Linhares - 09/10/2020 14:54:08

Num. 61431489 - Pág. 1

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100914540709200000058933328>

Número do documento: 20100914540709200000058933328

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 03-2019/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 02033149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974366PA46220CPD64356A7AD85BCF8FFD5CF68742F233B496AFDA80E7FB8	
Para validar o documento acesse http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE A SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: E0-2018/011153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 03003149003 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF6874CF233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.br.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.2028479-6 Protocolo: E0-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 SOB O NÚMERO 03003149953 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: F76974386FA48220CFDE4B556AFAD85ECF8FFD5CF68742F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-RJ, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO D0003143055 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CTDD4B56AFAD5EBC78FFD5CE6E740F231E495AEDA8CE1FE8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 0/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 10-2018/013193-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA4E220CPDE4856AFAD25ECF8FF55CF68741F233E496AFDA80E1FB3
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/10



RETRIEVAL

No anexo 1º da Portaria Susep/Direg n. 721, de 3 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, páginas 148, seção 1, onde se lê: "... na renovação dos conselhos de administração realizada em 1º de novembro de 2017.", lê-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017."

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 1.966, de 31 de dezembro de 1973, nos artigos I e IV do art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Portaria Regimental da Astarte, aprovada pelo Decreto nº 4.775, de 28 de novembro de 2001:

Considerando o Decreto Federal nº 56.544, de 18 de maio de 1968, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Correspondendo que o licitante em evidência por ele assinada, constante o disposto no 1º do art. 1º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve possuir e adequar aos veículos e dos equipamentos rodoviários ordenados a este fim;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Interp. n.º 16/2016, resolve:

Art. 1.º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Produtos de Carga Rodoviária destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela

Portaria Interio nº 16, de 14 de junho de 2016, conforme
disposta no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Trazabilidade
- Brasília

Divisão de Avaliação da Gerenciabilidade - Doof
Rua São Alexandre, nº 416 - 5º andar - Rio Cen-
trio

Cop. 20.261-231- Rio de Janeiro - RJ
Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria
Interior n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a este PDI.

Art. 3º Ficam incluídas na Portaria Inmetro n.º 14/2014 as Anexas F e G anexas a esta Portaria.

Art. 4º Fica instituído, no art. 4º da Portaria Interpde nº 16/2016, as seguintes parágrafos:

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme a convocação da Assembleia, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Nomenclaturas Internacionais (DNTNI), com o objetivo de colher subsídios para deliberação de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico (CT) de Tarifas, Nomenclaturas e Classificação de Mercadorias, da Mercosul (CT-1).

1. Interessados podem as propostas devolvidas ao DNTNI por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Térreo, CEP 70053-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do modelo padrão, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço http://www.mec.gov.br/infraestrutura/PROPOSTAS/2007/2007legislativa/TSC_2007/Modelo-de-concorrencia.doc. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones 061) 3127-7310 e 3127-7254 ou pelo endereço de e-mail esb@educ.mec.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajuste de nome realizado pelo usuário em nomeadores do CFC, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante as providências previstas nesta Circular.

IL QUANTO AGGIUSTATO DA SICILIA

ELINATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROMISTA	
2917.20.08	• Ácidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou cícloalifáticos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	2917.20	Ácidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou cícloalifáticos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.1	Intera de ácidos policarboxílicos cíclicos
		2917.20.15	Ciclohexanato de dióxido
		2917.20.15	Óxido
			Óxido

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://ibama.gov.br/bas/transparencia.html>, pelo código 00012015012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.092849-6 Protocolo: 03-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE AUTENTICACAO em 30/01/2018 SOB O NUMERO 00033149358 e demais constantes do termo de autenticacao.
Autenticacao: FD63743857A48220CF0E4356A7ADE5CE8FF8F55CF5874CF233D496AFDA80E1FB3
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj-arj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

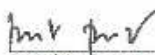
Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F.S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4290508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7B45C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163675185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4598511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

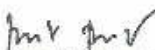
s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4995512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4995513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86863B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4898515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

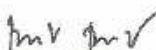
ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Barvanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Páginas 10 de 10


Bernarito F. S. Benwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º  Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firme Oliveira Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2109-9100	ADB28690 088574
Prestação por AUTENTICAÇÃO das firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000529453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	de verdade.	Conf. por: CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Paula Cristina A. D. Gaspar
EOLP-54081 H01, C01-56882 BRG		3,7% Escrevente
a https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		3396 40062 série 00077 ME Aut. 20.9.3º Lei 5.395/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

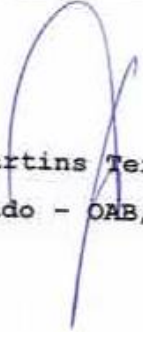
JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento de substabelecimento, **Antônio Martins Teixeira Júnior**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 5.432, com endereço profissional na Sala nº 10, no Edifício CCMEAR, nesta capital, na Avenida Raimundo Chaves, nº 1947, Candelária, substabelece com reservas de poderes a **Fernanda Christina Flôr Linhares**, advogada, OAB/RN 12.101, os poderes a mim conferidos.

Natal/RN, 09 de março de 2020.



Antonio Martins Teixeira Júnior
Advogado - OAB/RN 5.432



Habilitacao





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0804703-77.2019.8.20.5001

Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

EXECUTADO: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a impugnação à execução.

Após, retornem conclusos para decisão.

P.I.

NATAL/RN, 23 de outubro de 2020.

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0804703-77.2019.8.20.5001

Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

EXECUTADO: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a impugnação à execução.

Após, retornem conclusos para decisão.

P.I.

NATAL/RN, 23 de outubro de 2020.

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0804703-77.2019.8.20.5001

EXEQUENTE: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

DECISÃO

Vistos,

Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença, oposta por PORTO SEGURO S/A, em desfavor de MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS.

Afirma a executada/impugnante que garantiu o juízo no valor total da execução atualizada, na monta de R\$ 7.717,51 (sete mil e setecentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos), na data de 07/10/2020.

Sustenta haver excesso de execução, uma vez que a despeito da clara previsão de arbitramento de juros desde a citação, a parte exequente teria apresentado cálculo com juros compensatórios, ao invés de moratórios, desde o sinistro.

Argumenta: a) que o montante exequendo está em descompasso com a condenação, pois não foi inserido juros desde a citação, mas sim desde 12/10/2018; b) que conforme dispositivo da sentença a data de referência é 30/4/2019; c) que houve inserção de juros compensatórios, ao invés de moratórios; que o valor correto e devido à parte exequente é tão somente o montante de R\$ 6.497,34 (Seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos).



Pugna que seja reconhecido o excesso de execução do cumprimento de sentença, estabelecendo como adequado por tudo o que dos autos consta, a quantia de R\$ 6.497,34 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos), já liquidada através do depósito da garantia do juízo.

Instada a se manifestar, a parte autora permaneceu inerte.

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, reputa-se ser o caso de acolhimento da impugnação.

No que tange à incidência dos juros de mora, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, de que o seu termo inicial é a citação, conforme se depreende do teor da Súmula 426: " Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação".

Tal entendimento restou consignado naquela Corte Superior, em sede de Recursos Repetitivos. Confira-se:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.

1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida.

2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido." (REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009) (destaque acrescido)



No caso em versa, observo que conforme planilha de cálculo anexada ao ID 55307919, a parte exequente observou os ditames sentençiais, ao promover a correção monetária desde o sinistro e juros de mora, desde a citação. Todavia, fez acrescer os chamados juros compensatórios, os quais não foram concedidos no título judicial constituído.

DA PARTE DISPOSITIVA

Pelo exposto, DEFIRO a impugnação ao cumprimento de sentença.

Declaro como devido, em favor da parte exequente a quantia de R\$ 6.497,34 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos).

Em observância ao depósito judicial realizado, determino a devolução do valor excedente de R\$ R\$ 1.220,17 (mil duzentos e vinte reais e dezessete centavos), para os dados bancários indicados em ID 61418992 - Pág. 5.

Condeno a parte autora/exequente ao pagamento de honorários advocatícios, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Eficácia suspensiva de exigibilidade, uma vez que o exequente litiga sob o manto da justiça gratuita.

Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, sem manifestação das partes, retornem conclusos para fins de declaração de cumprimento da obrigação.

Publique-se. Intimem-se as partes através do Pje. Cumpra-se.

NATAL/RN, 30 de novembro de 2020.



ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0804703-77.2019.8.20.5001

EXEQUENTE: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

DECISÃO

Vistos,

Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença, oposta por PORTO SEGURO S/A, em desfavor de MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS.

Afirma a executada/impugnante que garantiu o juízo no valor total da execução atualizada, na monta de R\$ 7.717,51 (sete mil e setecentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos), na data de 07/10/2020.

Sustenta haver excesso de execução, uma vez que a despeito da clara previsão de arbitramento de juros desde a citação, a parte exequente teria apresentado cálculo com juros compensatórios, ao invés de moratórios, desde o sinistro.

Argumenta: a) que o montante exequendo está em descompasso com a condenação, pois não foi inserido juros desde a citação, mas sim desde 12/10/2018; b) que conforme dispositivo da sentença a data de referência é 30/4/2019; c) que houve inserção de juros compensatórios, ao invés de moratórios; que o valor correto e devido à parte exequente é tão somente o montante de R\$ 6.497,34 (Seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos).



Pugna que seja reconhecido o excesso de execução do cumprimento de sentença, estabelecendo como adequado por tudo o que dos autos consta, a quantia de R\$ 6.497,34 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos), já liquidada através do depósito da garantia do juízo.

Instada a se manifestar, a parte autora permaneceu inerte.

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, reputa-se ser o caso de acolhimento da impugnação.

No que tange à incidência dos juros de mora, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, de que o seu termo inicial é a citação, conforme se depreende do teor da Súmula 426: " Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação".

Tal entendimento restou consignado naquela Corte Superior, em sede de Recursos Repetitivos. Confira-se:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.

1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida.

2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido." (REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009) (destaque acrescido)



No caso em versa, observo que conforme planilha de cálculo anexada ao ID 55307919, a parte exequente observou os ditames sentenciais, ao promover a correção monetária desde o sinistro e juros de mora, desde a citação. Todavia, fez acrescer os chamados juros compensatórios, os quais não foram concedidos no título judicial constituído.

DA PARTE DISPOSITIVA

Pelo exposto, DEFIRO a impugnação ao cumprimento de sentença.

Declaro como devido, em favor da parte exequente a quantia de R\$ 6.497,34 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos).

Em observância ao depósito judicial realizado, determino a devolução do valor excedente de R\$ R\$ 1.220,17 (mil duzentos e vinte reais e dezessete centavos), para os dados bancários indicados em ID 61418992 - Pág. 5.

Condeno a parte autora/exequente ao pagamento de honorários advocatícios, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Eficácia suspensiva de exigibilidade, uma vez que o exequente litiga sob o manto da justiça gratuita.

Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, sem manifestação das partes, retornem conclusos para fins de declaração de cumprimento da obrigação.

Publique-se. Intimem-se as partes através do Pje. Cumpra-se.

NATAL/RN, 30 de novembro de 2020.



ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

